



**MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO**

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Brasília, 2013

Ministério do Esporte

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, DN TCU 121/2012, Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações complementares do órgão de controle interno.

Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
Unidade Jurisdicionada 180009

Brasília, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	10
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	10
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	10
1.2.1 Finalidade	10
1.2.2 Competências Institucionais	11
1.2.3 Objetivos Estratégicos	11
1.3 Organograma Funcional	12
1.3.1 Competências e Atribuições	13
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	15
1.5 Macroprocessos de Apoio	16
1.6 Principais Parceiros	16
2 . PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	17
2.1 Informações sobre o planejamento estratégico da unidade	17
2.2 Estratégias Adotadas e Execução do Plano de Metas.....	20
2.3 Indicadores	26
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	27
3.1 Avaliação do funcionamento dos controles internos	27
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	29
4.1 Informações sobre programas do PPA de responsabilidade da UJ.....	29
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	29
4.1.2 Informações sobre objetivos vinculados a programas temáticos de responsabilidade da UJ.....	30
4.1.3 Informações sobre iniciativas vinculadas a programas temáticos de responsabilidade da UJ	31
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	34
4.1.5 Informações sobre programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado de responsabilidade da UJ	38
4.1.6 Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	38
4.2 Informações sobre a execução orçamentária e financeira da despesa	38
4.2.1 Identificação das unidades orçamentárias da UJ	38
4.2.2 Programação de despesas	39
4.2.2.1 Programação de despesas correntes	39
4.2.2.2 Programação de despesas de capital	39
4.2.2.3 Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência	40
4.2.2.4 Análise Crítica	40
4.2.3 Movimentação de créditos interna e externa	40
4.2.4 Execução orçamentária da despesa.....	42
4.2.4.1 Execução da despesa com créditos originários	42
4.2.4.1.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários	42
4.2.4.1.2 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários.....	43
4.2.4.2 Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação.....	44
4.2.4.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação	44
4.2.4.2.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação	44
4.2.4.2.3 Análise Crítica	45
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	46
5.1 Reconhecimento de passivos.....	46
5.2 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	46
5.2.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	46
5.2.2 Análise Crítica	46
5.3 Transferências de recursos	46
5.3.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício	46
5.3.2 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios...46	
5.3.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que permanecerão vigentes no exercício 2013 e seguintes	47
5.3.4 Informações sobre a prestação de contas relativa aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse	47
5.3.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.....	47
5.3.6 Análise Crítica	48
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	49
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	49
6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada	49

6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	49
6.1.2 Qualificação da força de trabalho	50
6.1.2.1 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade.....	50
6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade	51
6.1.3 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada	51
6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	52
6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o regime de proventos e aposentadoria	52
6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada	53
6.1.5 Composição do quadro de estagiários	53
7. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	54
7.1 Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício	54
7.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	54
7.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	55
7.1.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	55
7.1.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	57
8. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	58
8.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público	58
8.1.1 Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos.....	58
8.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	58
9. CONCLUSÃO	59

ANEXOS:

Anexo 1 – Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência

Anexo 2 – Declaração do contador

LISTA DE QUADROS

Quadros Portaria TCU 150/2012

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	10
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	27
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático	29
Quadro A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ	30
Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ	31
Quadro A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	34
Quadro A.4.5 Programas de governo constante do PPA – de gestão e manutenção	38
Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ.....	38
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	38
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	39
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	40
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	40
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	42
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários	43
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	44
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	44
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	46
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	46
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	47
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	47
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	47
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	49
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	49
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	50
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	50
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	51
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	51
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	52
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	53
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	53
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	54
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	55
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	55
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	57

Quadros do corpo do relatório

Quadro I - Itens do Anexo II da DN 119/2012 que não se aplicam à UJ:	7
Quadro II – Macroprocessos Finalísticos	15
Quadro III –Modernização Administrativa da SNEAR	20
Quadro IV - Iniciação Esportiva	21
Quadro V – Ciência e Tecnologia	22
Quadro VI - Cidade Esportiva, Rede Nacional de Treinamento e Gestão por Modalidades.....	23
Quadro VII – Inteligência Esportiva	25

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

ABCD	Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem
C&T	Ciência e Tecnologia
CENESP	Centro de Excelência Esportiva
CEV	Centro Esportivo Virtual
CGGP	Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
CGTI	Coordenação Geral de Planejamento e Acompanhamento de Gestão
CGPAG	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
CNE	Conselho Nacional de Esporte
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
DGI	Departamento de Gestão Interna
ENAD's	Entidades Nacionais de Desporto
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GED	Gerenciador Eletrônico de Documentos
IES	Instituição de Ensino Superior
JOGOS RIO 2016	XXXI Edição dos Jogos Olímpicos e XV Edição dos Jogos Paralímpicos de Verão
LOA	Lei Orçamentária Anual
ME	Ministério do Esporte
Mpf	Macroprocesso Finalístico
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NEB	Núcleo de Esporte de Base
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA	Plano Plurianual
PST	Programa Segundo Tempo
RG	Relatório de Gestão
SE	Secretaria Executiva
SNDEEL	Secretaria Nacional de Esporte e Lazer (Extinta)
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UJ	Unidade Jurisdicionada
WADA	<i>World Anti-doping Agency</i> (em tradução livre: Agência Mundial Antidoping)

INTRODUÇÃO

Em obediência ao disposto na legislação orientadora do presente relatório, esta Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento apresenta seu Relatório de Gestão do exercício de 2012 “**Individual**”, tendo em vista sua apresentação na classificação “**Consolidada**” ser incumbência da Secretaria Executiva desta pasta.

Sua apresentação contempla as informações solicitadas na forma da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, apresentando resultados da gestão da SNEAR no exercício de 2012.

O Quadro A1 do Anexo II da referida DN elenca os itens a serem respondidos por cada UJ conforme sua classificação, entretanto alguns itens não se aplicam à realidade desta unidade.

Para facilitar sua visualização e entendimento abaixo são elencados os itens que não se aplicam ao Relatório de Gestão da SNEAR. No desenvolvimento do relatório há ocorrências em que apenas alguns subitens não se aplicam à natureza da unidade, mesmo que estejam inseridos em itens aplicáveis. Estes não serão elencados abaixo, apenas suprimidos do corpo de apresentação.

Quadro I - Itens do Anexo II da DN 119/2012 que não se aplicam à UJ:

Item da DN	Descrição	Motivo
3.4	Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade	Unidade subordinada ao sistema de correição do Ministério do Esporte
3.5	Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria CGU 1.043/2007	Unidade subordinada ao sistema de correição do Ministério do Esporte
5.1	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	Vide Anexo I
5.4	Suprimento de fundos	Unidade não realiza gestão de suprimento de fundos
5.5	Renúncia Tributária	
7.1	Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.	Gestão a cargo da Diretoria de Gestão Interna do Ministério
7.2	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio, da União que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros.	Gestão a cargo da Diretoria de Gestão Interna do Ministério
8.1	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	Gestão a cargo da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Ministério
9.1	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras	
9.2	Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água	

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento visa alcançar seus objetivos em parceria com as diversas entidades de administração do desporto nacional através, principalmente, do aporte de recursos financeiros para o melhoramento do esporte de alto rendimento nacional.

Ações que vão desde a construção e reforma de instalações esportivas até o apoio à realização de eventos de transmissão de conhecimento para capacitação dos diversos atores envolvidos na gestão do esporte, dentre outras, fazem parte do cotidiano desta secretaria.

Com objetivo de estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, a SNEAR desenvolveu o *Sistema Nacional de Avaliação de Modalidades - "Ortomolecular"*, que tem como objetivos o levantamento e o diagnóstico completo de cada modalidade com base em dados factuais; entender o desempenho de gestão de cada confederação através da matriz de pontuação; e sinalizar pontos críticos para sua melhoria, destacando seus aspectos positivos e negativos.

Em 2012, através do **Programa Bolsa Atleta**, que é o maior programa de incentivo direto ao atleta no mundo, o Ministério do Esporte contemplou 4213 atletas. Este número corresponde à totalidade de inscrições que preenchiem aos requisitos necessários.

O programa coordenado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) garante manutenção pessoal mínima a atletas de alto rendimento e lhes propicia condições básicas para que se dediquem ao treinamento esportivo, à participação em competições e ao desenvolvimento de sua carreira esportiva. O programa tem como prioridade o investimento em esportes que compõem os programas dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos, para formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o país.

O Ministério do Esporte ofereceu em 2012 cinco categorias de bolsa: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico. Naquele ano, o Ministério praticamente dobrou o investimento em bolsas na base do esporte brasileiro. O país alcançou o maior volume de recursos aplicados diretamente no desempenho de atletas brasileiros, resultado que está em plena sintonia com o objetivo de transformar o Brasil em potência esportiva a partir de 2016.

Importante mencionar que a Lei nº 12.395 de 2011 extinguiu a proibição de bolsas para atletas com outros tipos de patrocínios. Com isso, a partir de 2012, medalhistas olímpicos, paraolímpicos, mundiais e pan-americanos são beneficiados, bem como muitos talentos que já despontam no esporte brasileiro e que poderão se destacar na delegação do Brasil nas próximas edições das grandes competições internacionais.

A importância da iniciativa é destacada quando se analisa a delegação de 259 atletas brasileiros que foram aos Jogos Olímpicos de Londres 2012. Destes, 111 eram bolsistas, sendo que 10 deles ganharam medalhas, de um total de 17 pódios do Brasil. Já dos 182 atletas da delegação que foi aos Jogos Paralímpicos, 156 eram bolsistas, e 37 conquistaram medalhas, de um total de 43 pódios do país.

Em 2012 foi apresentado pela Presidenta Dilma Rousseff o Plano Brasil Medalhas 2016, que tem como objetivos colocar o Brasil entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos de 2016. Para tanto, estão previstos investimentos adicionais entre os anos de 2012 e 2016 no valor de R\$ 1 bilhão, sendo destes R\$ 690 milhões em apoio ao atleta e R\$ 310 milhões investidos em centros de treinamento.

Acredita-se que a Secretaria pode apresentar resultados ainda melhores pelo esporte de alto rendimento nacional, entretanto alguns entraves prejudicam seu desempenho. Dentre os principais problemas, destacam-se os relacionados a recursos humanos, tecnológicos, bem como falta de espaço físico adequado.

Mesmo com atuações satisfatórias, é de entendimento que o Programa Bolsa Atleta pode ser ainda mais eficaz, como por exemplo, dando suporte tempestivo aos atletas que não preencheram os requisitos necessários para inserção no programa, podendo assim aumentar significativamente o número de atletas beneficiados.

O programa padece dos males acima citados, sendo principalmente observada a alta rotatividade de funcionários em decorrência dos baixos salários oferecidos, sendo seu quadro de pessoal formado principalmente por funcionários terceirizados. Problema semelhante é observado em relação aos técnicos concursados que fazem parte do quadro de pessoal do Ministério e que estão lotados nesta secretaria.

Em decorrência, principalmente, de remuneração insatisfatória, percebe-se que para alguns a permanência na secretaria está condicionada a aprovação em outro concurso que seja mais atrativo, seja por oferecimento de melhores salários, flexibilidade de horários ou interesse na carreira, Além disso, cabe informar que a maior parte dos técnicos desta secretaria é de formação acadêmica em Educação Física e mesmo sendo conhecedores de modalidades esportivas e suas variações, ingressam com pouco conhecimento das rotinas da administração pública, o que demanda certo tempo até seu domínio satisfatório.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte			Código SIORG: 36670
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento			
Denominação Abreviada: SNEAR			
Código SIORG: 74079	Código LOA: 51101		Código SIAFI: 009
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ:
Principal Atividade: Regulação, controle, definição de política e coordenação de esporte e lazer.			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3429-6857	(061) 3429-6930	(061) 3429-6910
Endereço Eletrônico: snear@esporte.gov.br			
Página na Internet: http://www.esporte.gov.br			
Endereço Postal: SAN Quadra 03 Lote "A" Ed. DNIT, 1º Andar – Sala 1262. CEP: 70.040-902 – Brasília / DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Medida Provisória nº103, de 1º de janeiro de 2003, publicada no DOU de 209 de maio de 2003 (Edição Especial), convertida em Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Decreto nº 4.668, de 9 de abril de 2003. Decreto nº 7.529 de 21 de julho de 2011. Decreto 7784, de 07 de agosto de 2012.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 80, de 05 de agosto de 2004, Portaria n 223/2010 e MP 502/2010			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
www.esporte.gov.br – Lei 12-395/2011			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
NÃO SE APLICA			
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
NÃO SE APLICA			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
NÃO SE APLICA			

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

1.2.1 Finalidade

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR tem como principal foco de atuação conjugar esforços capazes de propiciar ao cidadão brasileiro que se dedica ao esporte competitivo melhores condições para seu desenvolvimento e assim buscar o resultado e excelência esportiva em níveis nacional e internacional, através da aplicação de políticas públicas que visam parcerias com entidades especializadas buscando a maximização de seus resultados.

Através de seus programas e projetos abrange todas as etapas da formação de talentos esportivos de alto rendimento, até a pós-carreira atlética. Ainda que as ações dessa Secretaria visem o investimento no atleta de alto rendimento desde sua descoberta, sua área de atuação não está restrita apenas ao indivíduo, mas também aos fatores que o circundam e favorecem seu desenvolvimento, como a infraestrutura necessária para melhor aproveitamento em treinamentos, apoio à participação em competições de alto nível, colocar o Brasil nos mais importantes circuitos competitivos, trazendo ao país a chance de sediar grandes esportivos internacionais.

1.2.2 Competências Institucionais

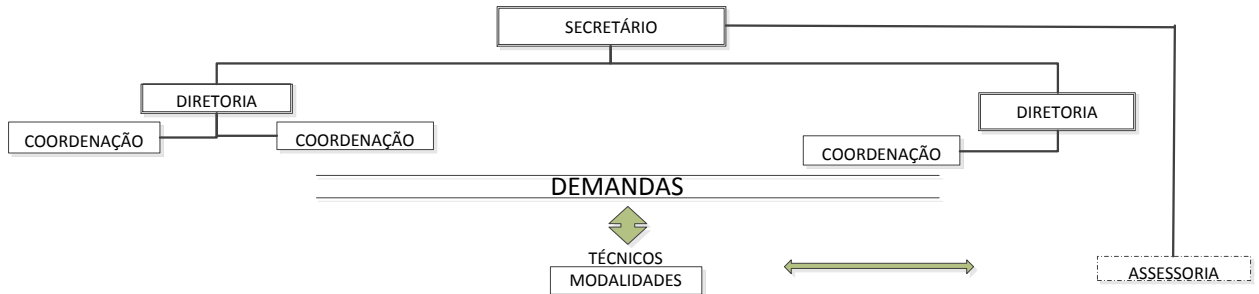
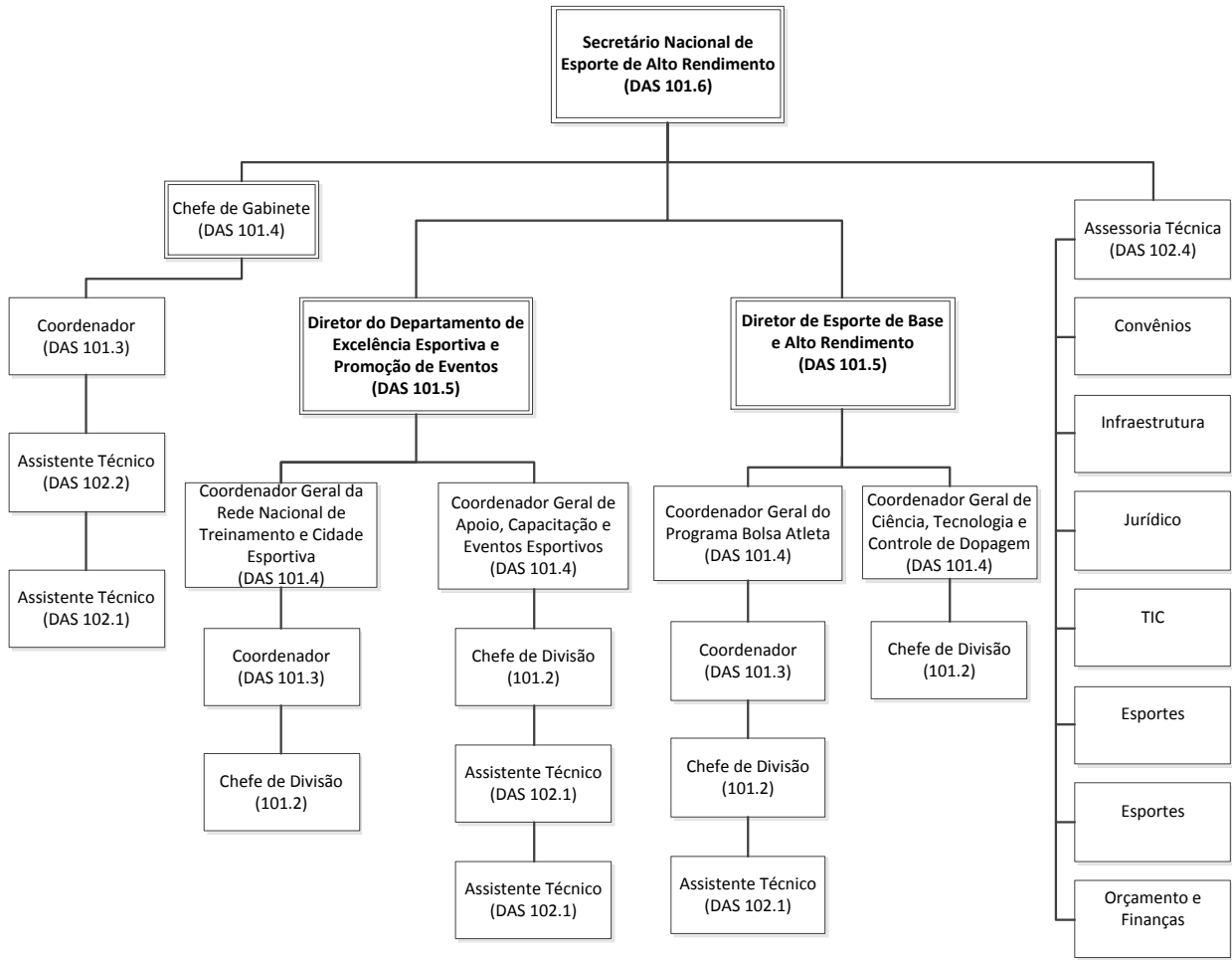
De acordo com o Artigo 21 do Decreto 7784, de 07 de agosto de 2012, Incisos I ao VIII, compete à SNEAR:

- Fazer proposições para compor o Plano Nacional de Esporte;
- Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional do Esporte e aos programas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento;
- Elaborar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do esporte e a execução das ações de promoção de eventos;
- Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva;
- Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da administração pública federal, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades não governamentais sem fins lucrativos;
- Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento do esporte de alto rendimento;
- Articular-se com outros órgãos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas nas áreas do esporte de alto rendimento; e
- Coordenar, formular e implementar a política relativa aos esportes voltados para competição, desenvolvendo gestões de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações.

1.2.3 Objetivos Estratégicos

- Estruturar o Funcionamento do Sistema Brasileiro de Desporto;
- Capacitar os diversos atores envolvidos com o esporte de rendimento no país;
- Criar modelo de gestão e governança como referência para entidades esportivas;
- Ampliar a base do esporte de rendimento no país, tendo como foco a escola;
- Integrar os programas, projetos e ações relacionadas ao desenvolvimento do esporte de rendimento no país;
- Criar a Rede Nacional de Cidades Olímpicas;
- Desenvolver os atletas de rendimento e prepará-los para transição de carreira;
- Qualificar o relacionamento com a mídia;
- Garantir a sustentabilidade e a utilização do legado esportivo de rendimento;
- Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do esporte;
- Modernização e gestão da SNEAR;
- Tornar a SNEAR referência nacional em conhecimento e informação esportiva;
- Desenvolvimento das ciências e tecnologias aplicadas ao esporte;
- Desenvolver modalidades.

1.3 Organograma Funcional



1.3.1 Competências e Atribuições

Ao Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento compete:

- Planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da Secretaria;
- Implementar a política de desenvolvimento do desporto pelas ações de planejamento,
- Avaliação e controle dos programas, projetos e atividades;
- Garantir o cumprimento dos objetivos setoriais do desporto, de acordo com as orientações estratégicas do Ministério do Esporte;
- Emitir relatórios técnicos específicos quando da conclusão de obras ou eventos referentes a convênios realizados em sua área de atuação;
- Integrar e participar efetivamente dos órgãos colegiados que compõem o Sistema Brasileiro de Desporto - SBD, zelando pela implementação das decisões deles emanadas;
- Submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Secretaria;
- Representar a Secretaria em reuniões oficiais, eventos e encontros esportivos de relevância, em foros nacional e internacional; e
- Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Ao Chefe de Gabinete compete:

- Planejar, dirigir, coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos do Gabinete do Secretário;
- Despachar a correspondência oficial do Secretário, por sua ordem;
- Organizar e acompanhar a agenda diária de compromissos do Secretário viabilizando os meios para o seu cumprimento;
- Coordenar a elaboração do programa de viagens do Secretário, promovendo os meios para sua execução;
- Examinar e instruir e despachar documentos e papéis decorrentes de atos de sua competência;
- Elaborar atas e outros documentos relativos a reuniões de trabalho;
- Representar o Secretário, em reuniões e eventos oficiais, quando designado;
- Supervisionar, por delegação do Secretário, as atividades dos Departamentos e demais unidades da Secretaria;
- Coordenar e supervisionar as atividades relativas aos recursos humanos da Secretaria;
- Assistir ao Secretário em assuntos relacionados à sua área de competência; e
- Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Ao Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento compete:

- Subsidiar a formulação, implementação e avaliação dos programas, projetos e ações destinados ao esporte de base, ao esporte de alto rendimento e ao desenvolvimento do esporte universitário;
- Promover a capacitação de técnicos e árbitros com formação em esporte e paraesporte de alto rendimento;
- Promover eventos e a capacitação de pessoas para o esporte universitário;
- Apoiar a realização das competições previstas nos calendários oficiais das entidades esportivas;
- Promover a cooperação nacional e internacional que vise ao desenvolvimento do esporte de base e de alto rendimento para atletas e paraatletas;
- Coordenar e acompanhar as atividades de controle e fiscalização de convênios;
- Apoiar os atletas e técnicos por meio de incentivos oficiais;
- Promover as relações institucionais com os integrantes do Sistema Nacional do Desporto;
- Promover estudos e análises sobre pleitos de aquisição de equipamentos e materiais esportivos total ou parcialmente isentos de tributação; e

- Desenvolver estudos sobre pleitos, programas, projetos e ações.
- Planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de suas respectivas unidades;
- Assistir ao Secretário em assuntos relacionados à sua área de competência;
- Praticar os atos administrativos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos sob sua responsabilidade;
- Submeter ao Secretário os planos, programas, projetos e relatórios da área de atuação das respectivas unidades e acompanhar e avaliar os respectivos resultados; e
- Exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Secretário Nacional

Ao Diretor do Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos compete:

- Coordenar as ações dos Centros de Excelência Esportiva para a elaboração de estudos, com vistas ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento;
- Apoiar a realização de eventos e competições destinados ao aprimoramento dos atletas e para-atletas de alto rendimento;
- Coordenar e acompanhar as atividades de controle e fiscalização dos convênios firmados pelo Departamento;
- Apoiar atletas e técnicos por meio de incentivos oficiais ou de patrocinadores;
- Promover as relações institucionais com os integrantes do Sistema Nacional do Desporto; e
- Desenvolver estudos sobre pleitos, programas, projetos e ações.
- Planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de suas respectivas unidades;
- Assistir ao Secretário em assuntos relacionados à sua área de competência;
- Praticar os atos administrativos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos sob sua responsabilidade;
- Submeter ao Secretário os planos, programas, projetos e relatórios da área de atuação das respectivas unidades e acompanhar e avaliar os respectivos resultados; e
- Exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Secretário Nacional.

Aos Coordenador-Gerais compete:

- Planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de suas respectivas unidades;
- Planejar, coordenar, avaliar, orientar, promover e controlar programas, projetos e ações sob sua responsabilidade;
- Planejar, coordenar, acompanhar, controlar e avaliar a execução dos convênios da Secretaria;
- Propor sistemáticas, normas e procedimentos técnicos para a análise e controle da elaboração e execução de convênios, no âmbito da Secretaria;
- Interagir com os órgãos setoriais de planejamento, orçamento e modernização do Ministério do Esporte;
- Promover a realização de eventos e ações dirigidas à capacitação técnica especializada, no âmbito do esporte;
- Participar, em articulação com a área de promoção de eventos, dos trabalhos relacionados com eventos, feiras e congressos, que envolvam sua área de atuação; e
- Exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo chefe imediato, dentro das competências definidas para sua área de atuação.

Aos Coordenadores compete

- Planejar, coordenar, avaliar, orientar, promover e controlar as atividades sob sua responsabilidade; e

- Exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo chefe imediato, em consonância com as competências da unidade em que estiverem lotados.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Quadro II – Macroprocessos Finalísticos

ITEM	AÇÃO	DESCRIÇÃO
MpF1	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016	Administração e custeio das despesas necessárias com a preparação, organização realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, com a preparação de atletas, realização de eventos teste, contratação de serviços especializados de consultoria, apoio às ações de inteligência e segurança pública, ações de promoção do Brasil no exterior, ação de manutenção de instalações esportivas e despesas diversas com outros serviços necessários.
MpF2	Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016	Implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária para a preparação, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, por meio da construção, reforma e adequação das instalações esportivas, laboratoriais e de apoio, aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços.
MpF3	Preparação de Atletas	Apoio financeiro supletivo para o pagamento e formação de pessoal especializado e de apoio, contratação de serviços, aquisição de materiais e equipamentos técnico-esportivos e de apoio e material administrativo. Apoio à realização de avaliações científicas e de controle de dopagem; à realização e participação em eventos esportivos, cursos, seminários, congressos, conferências, eventos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte, intercâmbios e outros ligados ao desenvolvimento de estudo e da prática do esporte de alto rendimento; e implantação, modernização, adequação e manutenção de espaços físicos, e aquisição de equipamentos e materiais laboratoriais esportivos.
MpF4	Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	Promoção e apoio à participação e realização de cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos, tecnológicos e esportivos e outros tipos de processo de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte de alto rendimento.
MpF5	Concessão de Bolsa a Atletas	Auxílio financeiro mensal para manutenção pessoal e esportiva de atletas de alto rendimento, com o objetivo de dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e participação em competições, investindo prioritariamente nos esportes olímpicos e paralímpicos.

1.5 Macroprocessos de Apoio

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento utiliza-se principalmente de seus recursos internos para apoio ao exercício de suas finalidades. Fazem parte também deste processo: consultorias, fundações, universidades, estatais e unidades do ministério.

1.6 Principais Parceiros

Para a consecução de seus objetivos a SNEAR, além de todas as unidades internas do Ministério do Esporte, conta com parceiros externos fundamentais ao desenvolvimento de suas atividades. Sejam eles no ramo de administração e gestão esportiva, empresas estatais, fundações e universidades, além de órgãos da administração pública. Inclusive nos campos de apoio ou finalístico. Dentre os principais parceiros podemos citar:

- Federações e confederações esportivas nacionais;
- Comitê Olímpico Brasileiro - COB;
- Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB;
- Caixa Econômica Federal - CEF;
- Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- Fundação Instituto de Administração – FIA/USP;
- Instituições de ensino superior (públicas e privadas);
- Prefeituras Municipais;
- Governos de Estado;
- Casa Civil da Presidência da República – CC/PR;
- Ministério da Defesa - MD.

2 . PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.

2.1 Informações sobre o planejamento estratégico da unidade

O mais recente planejamento estratégico da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento foi elaborado em maio de 2009 e contou com a participação da equipe da SNEAR e da equipe BR2016, com a colaboração da Fundação Instituto de Administração – FIA/USP.

Sua última atualização foi realizada entre os dias 22 e 24 de setembro de 2011 com o Seminário de Revisão do Plano Estratégico e contou com a participação da equipe da SNEAR, de representantes da Secretaria Executiva, da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer e da Secretaria Especial do Futebol, além da Consultoria Jurídica, da Assessoria de Controle Interno, da Assessoria de Comunicação, da Assessoria Parlamentar e do Gabinete do Ministro do Esporte, bem como de consultores da FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Instituto de Administração e Brunoro Sport Business.

Foram também convidados para a revisão do Plano Estratégico representantes do Comitê Olímpico Brasileiro, do Comitê Paralímpico Brasileiro, da Confederação Brasileira de Basketball, da Confederação Brasileira de Vôlei, do Centro Esportivo Virtual e do Conselho Federal de Educação Física (Confef).

Premissas da SNEAR

- Alinhamento com a Política Nacional do Esporte;
- Planejamento de longo prazo (dois ciclos olímpicos) com previsão de ações em curto prazo, até 2010;
- Aproveitamento de recursos e de talentos individuais para qualificação da SNEAR.

Cabe destacar que a Política Nacional de Esporte de Alto Rendimento está sendo efetivamente construída a partir do protagonismo da SNEAR. No que tange ao aproveitamento de recursos e talentos individuais, a Secretaria já conta com técnicos concursados e está orientada para a formação das pessoas, de maneira a constituir uma equipe com amplo e profundo conhecimento sobre o esporte de alto rendimento, com foco nas modalidades esportivas. Esse é um passo importante para a profissionalização que o novo patamar esportivo no Brasil requer.

Ações Revistas

Durante a revisão do Plano Estratégico em 2011 foram enfocados os programas ou projetos que necessitavam ser mais bem concebidos, ter suas ações detalhadas ou mesmo serem aperfeiçoados à luz da integração com outras iniciativas. Foram estabelecidos grupos para discussão dos seguintes temas, programas ou projetos:

- Modernização Administrativa da SNEAR (TI, infraestrutura, convênios, prestação de contas);
- Iniciação Esportiva (Segundo Tempo, Jogos Escolares, Detecção de Talento, Núcleo de Esporte de Base);
- Ciência e Tecnologia (CENESP);
- Cidade Esportiva, Rede Nacional de Treinamento e Gestão por Modalidades; e,
- Inteligência Esportiva (Bolsa Atleta, Calendário Esportivo Nacional).

Problemas apontados por tema:

Modernização Administrativa da SNEAR:

- Infraestrutura de tecnologia da informação inadequada em termos de:
 - Comunicação, equipamentos, serviços, sistemas.
- Fluxo de informações mal definido:
 - Problemas na qualidade dos dados e informações;
 - Carência de informações gerenciais.
- Comunicação interna falha no ME.
- Carência de processos e procedimentos definidos.
- Impacto das mudanças legais administrativas leva a inércia no andamento dos trabalhos.
- Modelo de gestão não adequado:
 - Faltam instrumentos de governança.
- Estrutura física inadequada.
- Inadequação da estrutura de pessoal de apoio.
- Carência de capacitação para pessoas da SNEAR.
- Ausência de orientação técnica para os principais parceiros sobre processos administrativos.

Iniciação Esportiva

- Ausência de um sistema esportivo escolar:
 - Falta de definição de competência sobre o esporte na escola;
 - Ausência de vontade política para estabelecer um sistema;
 - Currículo escolar deficiente;
 - Ausência de instalações esportivas nas escolas;
 - Falta de integração entre as escolas e as entidades esportivas.
- Precariedade e falta de instalações esportivas:
 - Ausência de núcleos de esporte de base das diversas modalidades.
- Falta de continuidade entre as ações desenvolvidas.
- Falta de profissionais para o esporte de rendimento:
 - Inexistência de intercâmbios esportivos;
 - Falta de integração com os clubes.
- Programas e Projetos sem abrangência nacional.
- Pouco incentivo e divulgação para as modalidades.
- Burocracia aborta a maioria das boas idéias.
- Aplicação inadequada de recursos.

Ciência e Tecnologia

- Desconhecimento / desinteresse das ENAD's sobre C&T.
- Adaptação das confederações para aplicação de C&T.
- Articulação entre órgãos financiadores.
- Letargia da máquina pública.
- Impacto político da readequação da Rede CENESP.
- Incapacidade operacional e executiva da IES.
- C&T nos Centros de Treinamento.
- Acompanhar execução dos projetos e ter gerência de resultados:
 - Pessoal;

- Estratégia.
- Conceituar C&T dentro das diretrizes e prioridades da SNEAR: categorizar em equipamentos, instalações, treinamento e capacitação.

Cidade Esportiva, Rede Nacional de Treinamento e Gestão por Modalidades

- Modelo
 - Inexistência de modelos bem-sucedidos que possam servir de referência.
- Gestão Interna
 - Falta de estrutura e equipe para fazer a gestão do Programa – operacionalização das propostas, acompanhamento e fiscalização;
 - Falta de acompanhamento das entidades locais;
 - Falta de qualificação de gestores;
 - Falta de critérios de análise e avaliação das propostas;
 - Dificuldades no estabelecimento de associações com PF/PJ;
 - Ausência de um contrato de gestão;
 - Falta de um banco de dados de custos (preços unitários) de equipamentos/instalações esportivas;
 - Entrave na implantação do Programa, ocasionada pela falta de infraestrutura e/ou burocracia;
 - Velocidade insuficiente da atividade meio frente aos novos desafios para 2016;
 - Dificuldades existentes decorrente da relação prazos x resultados.
- Comunicação e Disseminação do Programa
 - Falta de conhecimento do Programa pelos possíveis participantes ou interessados;
 - Falta de interesse dos núcleos em aderir ao Programa em determinadas modalidades;
 - Concepções equivocadas e diversas sobre o conceito do esporte de alto rendimento entre as cidades e nas escolas.
- Gestão Externa (nos municípios)
 - Falta de comunicação das cidades com as entidades de administração do esporte;
 - Falta de pessoas com qualificação técnica e de comprometimento para gerir projetos nos municípios e efetivar o Programa;
 - Formação deficiente do profissional de educação física escolar.
- Recursos Financeiros
 - Corte orçamentário e dificuldades para disponibilização dos recursos financeiros para implantação do Programa.
- Fatores Externos / Questões de Ordem Política
 - Dificuldades em apresentar o projeto no curto-prazo para prefeitos e deputados – LOA 2012;
 - Descompasso eleitoral (calendário);
 - Transição política regional;
 - Entraves para articulação com outros órgãos do Governo Federal, Estados e Municípios;
 - Dificuldades para aprovação da metodologia/desenvolvimento pelos órgãos de controle;
 - Demora na regulamentação da Lei Específica; e
 - Legislação vigente.

2.2 Estratégias Adotadas e Execução do Plano de Metas

Quadro III - Modernização Administrativa da SNEAR

Tema 1: Modernização Administrativa da SNEAR		
Problema	Ações identificadas para enfrentamento	Situação em 2012
Infraestrutura de tecnologia da informação inadequada em termos de Comunicações	<ul style="list-style-type: none"> • Mudar provedor de comunicação; • Ampliar Banda; • Dimensionar necessidades e perspectiva de crescimento. 	
Infraestrutura de tecnologia da informação inadequada em termos de Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o PDTI 2012 e verificar possibilidade de alterar e priorizar; • Analisar e ajustar os equipamentos atuais • Analisar a solução que será implementada em reprografia; • Realizar estudos e elaborar um plano de digitalização de documentos. 	<p>Todos os computadores da Secretaria foram substituídos por equipamento com maior desempenho.</p> <p>No tocante à reprografia o ME mantém contrato com empresa de prestação do serviço.</p> <p>Chegaram à SNEAR novos equipamentos de digitalização de documentos.</p>
Infraestrutura de tecnologia da informação inadequada em termos de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar diagnóstico da situação atual; • Mapear necessidades; • Ajustar PDTI. 	Durante o ano de 2012 foram realizados levantamentos acerca das principais necessidades para identificação dos ajustes necessários.
Infraestrutura de tecnologia da informação inadequada em termos de Sistemas	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar diagnóstico da situação atual; • Elaborar propostas de solução; • Capacitar usuários; • Implementar GED, Workflow, BI, colaboração, sala de situação 	Durante o ano de 2012 foram realizados levantamentos acerca das principais necessidades dos usuários. A partir daí, em decorrência das propostas de solução apresentadas serão realizados os trâmites para, se for o caso, contratação de empresa especializada para implantação das soluções.
Fluxo de informações mal definido	<ul style="list-style-type: none"> • Rever fluxo de informações; • Racionalizar fluxo de informações; • Documentar o fluxo de informações • Implementar novas rotinas previstas no fluxo de informações revisto 	Sensível melhoria percebida com a chegada de novos equipamentos, entretanto ainda aguarda resolução através da implementação de novo sistema.
Comunicação interna falha no ME	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar meios de comunicação interna existente; • Levantar demandas internas e externas de comunicação; • Definir fluxo de comunicação e responsabilidade. 	Estão sendo realizadas tratativas com a CGTI para busca de solução. Provável aquisição de <i>software</i> especializado.
Carência de processos e procedimentos definidos.	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir gabinete de crise; • Preparar contratação de consultores; • Levantar processos; • Definir fluxos dos processos e responsabilidades; • Estruturar acompanhamento e controle dos processos; • Capacitar pessoas nos processos. 	Estão sendo realizadas tratativas com a CGTI para busca de solução. Estuda-se a elaboração de um manual de padronização de procedimentos a ser seguido por todas as unidades da SNEAR, além da contratação de consultoria especializada.
Impacto das mudanças legais administrativas leva a inércia no andamento dos trabalhos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover seminários de interpretação normativa, quando da publicação de novas leis; • Realizar consultas aos órgãos responsáveis para dirimir eventuais dúvidas; • Criar documentos com orientações para aplicação do instrumento legal; • Definir responsáveis pela gestão e 	Estuda-se a elaboração de um manual de padronização de procedimentos a ser seguido por todas as unidades da SNEAR, incluindo informações acerca do problema apresentado.

	aplicação da norma.	
Modelo de gestão inadequado	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar contratação de consultores; • Definir modelo de gestão, bem como programas, projetos e processos – criar indicadores e parâmetros de gestão; • Rever a estrutura organizacional da SNEAR; • Implementar a gestão por programas, projetos e processos; • Redesenhar processos de trabalho. 	Realizadas contratações de consultorias; Sensível adequação da estrutura organizacional da SNEAR; Processos de trabalho redesenhados, mas ainda se encontram em fase de adequação.
Estrutura física inadequada	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudo de layout funcional; • Verificar área disponível e adequada; • Solicitar à SE espaço físico denotado na análise de necessidades; • Elaborar layout físico; • Implementar novo layout. 	Com a mudança das instalações da SNEELIS para outra localidade, foi possível realizar melhor distribuição física das unidades da SNEAR, o que contribuiu significativamente para o melhor andamento dos trabalhos, entretanto devido ao constante crescimento das atividades ainda se fazem necessárias melhorias neste sentido.
Inadequação da estrutura de pessoal de apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar perfil do pessoal de apoio necessário; • Buscar alternativas para contratação; • Sensibilizar SE • Buscar interações com órgão de controle sobre o tema e estabelecer termo de ajuste de conduta; • Denotar a necessidade de concurso público para pessoal de apoio junto ao Ministério do Planejamento; • Estruturar processo de seleção e ambientação 	Sensível melhoria através da contratação de consultorias e remanejamentos internos, porém verifica-se que a solução ainda não é suficiente, sendo necessária a contratação de funcionários através da realização de concurso público.
Carência de orientação técnica sobre os processos administrativos dos principais parceiros	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar principais dificuldades e parceiros; • Divulgar de forma mais intensa o manual do SICONV; • Desenvolver conteúdo para orientação e treinamento aos parceiros; • Selecionar parceiros a serem treinados; • Capacitar representantes dos parceiros 	Ações em implementação.

Quadro IV - Iniciação Esportiva

Tema 2: Iniciação Esportiva		
Problema	Ações identificadas para enfrentamento	Situação em 2012
Ausência de um sistema esportivo escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão política do ME em assumir a governança do processo; • Estruturar o sistema esportivo escolar; • Ações em parceria entre o ME e o Ministério da Educação visando a execução de ações de incentivo ao 	Ações em implementação.

	<p>esporte no sistema de ensino;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propor leis que atendam ao sistema esportivo escolar. 	
Precariedade e falta de instalações esportivas	<ul style="list-style-type: none"> • Investir na construção de instalações esportivas; • Indicar instrumentos para aproveitamento e recuperação das instalações existentes; • Incentivar o estabelecimento de parcerias para manutenção das instalações esportivas existentes; • Levantamento das instalações esportivas nas escolas; • Desenvolver projetos para equipar escolar/clubes com ginásios e quadras. 	Ações em implementação.
Falta de continuidade entre as ações desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Criar mecanismos para que não haja vinculação entre o projeto e o dirigente; • Institucionalizar as ações, projetos e programas; • Definir objetivos de longo prazo dar continuidade a esses. 	
Falta de profissionais para o esporte de rendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Definir as prioridades de programas para capacitação de profissionais; • Promover acordos de cooperação e intercâmbios internacionais para a troca de conhecimento e experiências; • Estabelecer parcerias com as universidades para permitir a especialização de profissionais. 	Através da Ação Orçamentária 2456 – Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento, a SNEAR aplicou R\$ 899.790,00 com a finalidade de proporcionar o aprimoramento de profissionais para atuarem com o esporte de alto rendimento. Além disso, diversos membros da equipe da SNEAR participaram de viagens, reuniões, visitas, entre outros visando a troca de conhecimento e experiências.
Pouco incentivo e divulgação para as entidades	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o total de modalidades nos jogos escolares • Utilizar os eventos para fomentar a divulgação das modalidades 	
Programas e projetos sem abrangência nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Criar mecanismos que estabeleçam e monitorem critérios de distribuição de recursos com abrangência nacional 	
Burocracia aborta/dificulta a maioria das boas ideias	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e revisar fluxos constantes de processo na SNEAR e no ME • Desenvolver programas de capacitação dos funcionários da SNEAR 	Ações em implementação.
Aplicação inadequada dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Criar/revisar mecanismos de monitoramento de aplicação de recursos 	Ações em implementação.

Quadro V – Ciência e Tecnologia

Tema 3: Ciência e Tecnologia		
Problema	Ações identificadas para enfrentamento	Situação em 2012
Desconhecimento / desinteresse das ENAD's sobre C&T	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de estudos para identificar os pontos críticos causadores do 	Ações em implementação

Adaptação das confederações para aplicação de C&T	problema e a partir daí motivar e colaborar para as alterações necessárias das entidades.	
Articulação entre órgãos financiadores	•	
Letargia da máquina pública	•	
Impacto político na readequação da Rede CENESP	•	
Incapacidade operacional e executiva da IES	•	
C&T nos Centros de Treinamento	•	
Acompanhar execução dos projetos e ter gerência dos resultados	•	
Conceituar C&T dentro das diretrizes e prioridades da SNEAR	•	

Quadro VI - Cidade Esportiva, Rede Nacional de Treinamento e Gestão por Modalidades

Tema 4: Cidade Esportiva, Rede Nacional de Treinamento e Gestão por Modalidades

Objetivos

Objetivo Geral:

- Desenvolver a “base” de talentos do esporte olímpico e paraolímpico brasileiro, de forma descentralizada, integrada e articulada com as cidades, com as entidades de administração dos esportes e com o Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento.

Objetivos Específicos:

- Ampliar o acesso à prática esportiva de alto rendimento;
- Atender à demanda esportiva regional e incentivar e/ou induzir a disseminação de modalidades menos desenvolvidas;
- Desenvolver a vocação esportiva local;
- Promover a qualidade do investimento público no esporte, qualificando a execução da Política Nacional no nível local e a integração do Sistema Brasileiro;
- Descentralizar a execução e o financiamento da Política Nacional de Esporte de Alto Rendimento;
- Qualificar a infraestrutura e os recursos humanos locais para a prática esportiva de alto rendimento;
- Aprimorar e capacitar os profissionais e atletas da região/local, bem como adequar materiais e equipamentos a modalidades esportivas;
- Ampliar a base das modalidades, realizando a conexão e alinhamento entre alto rendimento – escola – lazer na região;
- Estimular a interação entre a educação física escolar e o esporte de alto rendimento; e
- Incentivar a articulação com o esporte escolar.

Diretrizes

Articulação e Integração

- Promover a articulação com entidades de prática esportiva locais e utilização e modernização da infraestrutura existente;
- Promover a articulação da gestão do programa com as Federações e Confederações esportivas;
- Viabilizar a atuação participativa das outras entidades de “certificação” – COB, CPB, Confederações/Federações;
- Articulação dos projetos socioesportivos e de esporte educacional com o Programa Cidade Esportiva;
- Garantir o compromisso com a manutenção e operação dos centros esportivos; e
- Envolver empresas locais e criar uma cultura de apoio ao esporte por parte de pessoas físicas e jurídicas.

Comunicação / Divulgação

- Realizar a ampla divulgação do Programa junto à comunidade em nível local, regional e nacional;
- Divulgar os principais objetivos do Programa, visando obter o maior número de interessados e participantes; e
- Disseminar o conceito do Programa nas cidades proponentes, promovendo sua acessibilidade (ex: por meio de iniciativas como o Selo Acessibilidade).

•

Regulamentação, Normas e Critérios

- Assegurar a adequada regulamentação do Programa Cidade Esportiva, incluindo a concepção e implantação de normas e procedimentos;
- Elaborar critérios, regulamentação e ação orçamentária própria para o Programa;
- Estabelecer critérios de viabilidade técnica, sustentabilidade, acessibilidade e mercadologia;
- Estabelecer critérios para a identificação dos locais de implantação dos CTs por modalidade, em função das demandas efetivas (vocação existente ou indução).

Gestão, Processos e Recursos Necessários.

- Prover estrutura interna para gestão/acompanhamento do Programa;
- Conceber e implantar plano de operação e de gestão das instalações;
- Realizar a capacitação de técnicos, gerentes de projetos e dirigentes para desenvolvimento do Programa;
- Garantir o comprometimento para cumprimento dos objetivos, priorizando pontos de maior relevância como gestão, RH e infraestrutura;
- Estimular a qualificação dos fornecedores através da criação de um Cadastro de Fornecedores/Banco de Marcas homologados.

Inteligência Esportiva

- Garantir a articulação entre os programas Cidade Esportiva e Inteligência Esportiva.

Problema	Ações identificadas para enfrentamento	Situação em 2012
<u>Modelo</u> Inexistência de modelos bem-sucedidos que possam servir de referência.	•	
<u>Gestão Interna</u> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de estrutura e equipe para fazer a gestão do Programa – operacionalização das propostas, acompanhamento e fiscalização; • Falta de acompanhamento das entidades locais; • Falta de qualificação de gestores; • Falta de critérios de análise e avaliação das propostas; • Dificuldades no estabelecimento de associações com PF/PJ; • Ausência de um contrato de gestão; • Falta de um banco de dados de custos (preços unitários) de equipamentos/instalações esportivas; • Entrave na implantação do Programa, ocasionada pela falta de infraestrutura e/ou burocracia; • Velocidade insuficiente da atividade meio frente aos novos desafios para 2016; • Dificuldades existentes decorrente da relação prazos x resultados. 	•	
<u>Comunicação e Disseminação do Programa</u> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento do Programa pelos possíveis participantes ou interessados; 	• Criação e produção de peças e eventos de comunicação	Ações em implementação

<ul style="list-style-type: none"> • Falta de interesse dos núcleos em aderir ao Programa em determinadas modalidades; • Concepções equivocadas e diversas sobre o conceito do esporte de alto rendimento entre as cidades e nas escolas. 		
<p><u>Gestão Externa (nos municípios)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de comunicação das cidades com as entidades de administração do esporte; • Falta de pessoas com qualificação técnica e de comprometimento para gerir projetos nos municípios e efetivar o Programa; • Formação deficiente do profissional de educação física escolar. 	•	
<p><u>Recursos Financeiros</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Corte orçamentário e dificuldades para disponibilização dos recursos financeiros para implantação do Programa. 	•	
<p><u>Fatores Externos / Questões de Ordem Política</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades em apresentar o projeto no curto-prazo para prefeitos e deputados – LOA 2012; • Descompasso eleitoral (calendário); • Transição política regional; • Entraves para articulação com outros órgãos do Governo Federal, Estados e Municípios; • Dificuldades para aprovação da metodologia/desenvolvimento pelos órgãos de controle; • Demora na regulamentação da Lei Específica; • Legislação vigente. 	•	

Quadro VII – Inteligência Esportiva

Tema 5: Inteligência Esportiva

Objetivos

- Tornar o Ministério do Esporte referência nacional em conhecimento e informação esportiva de alto rendimento;
- Ser produtor, aglutinador e disseminador de informação esportiva;
- Estimular a produção e a utilização do conhecimento do esporte de alto rendimento.

Diretrizes / Ações para o Projeto de Inteligência Esportiva

- Criação da Equipe de Coordenação do Projeto de Inteligência Esportiva.
- Captação e Divulgação de Dados e Informações relacionadas ao esporte de alto rendimento:
 - Incluir encarte sobre esporte de alto rendimento na Revista a ser lançada pelo ME;
 - Produzir Boletim informativo periódico sobre esporte de alto rendimento;
 - Publicar e monitorar os resultados de convênios da SNEAR e de desempenho de atletas/beneficiários do Bolsa-Atleta (através da utilização de mídia eletrônica);
 - Incluir o Centro Esportivo Virtual (CEV) no Portal do ME;
 - Contratar/incorporar na SNEAR especialistas de modalidades específicas (Convênio UFRGS);
 - Utilizar o processo de construção do Plano Decenal, através da consultoria, para a coleta de informação de qualidade;
 - Realizar interface com possível conhecimento gerado por meio da Rede CENESP;
 - Resgatar informações sobre os resultados dos convênios e contratos da SNEAR ;
 - Articular-se com as entidades produtoras de informações (ENAD's, Governos Estaduais e Municipais, mídia, academia, institutos de pesquisa e outros) para a elaboração de termos de parcerias;
 - Aprimorar o Calendário Esportivo Nacional (incluindo informações de eventos esportivos de estados e municípios assim como das súmulas/resultados das competições).
- Criação de Programa de Observadores da SNEAR

2.3 Indicadores

Não foram definidos indicadores institucionais

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Avaliação do funcionamento dos controles internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: Tendo como fator contribuidor a falta de servidores em quantidade adequada e qualificados e responsabilidades voltadas à execução da política de esporte de alto rendimento, bem como atuação quase exclusiva direcionada ao apoio à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, esta UJ promove atualmente ações de reestruturação com vistas ao controle e a normatização interna.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações sobre programas do PPA de responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2035			
Título	Esportes e Grandes Eventos Esportivos			
Órgão Responsável	Ministério do Esporte			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.281.884.000,00	773.868.001,00	5.015.154.000,00	
b) Outras Fontes	1.626.803.000,00	-		
c) Subtotais (a + b)	3.908.687.000,00	773.868.001,00		
d) Valor Global Previsto no PPA				R\$ 8.923.841.000,00
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
432.215.579,92	124.910.305,22	8.176.911,59	307.305.274,70	116.733.393,63
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
0676	Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.			SNEAR
0687	Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.			SNEAR

Fonte: PPA/SIOP/SIAFI

Análise Crítica: A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento em 2012 executou aproximadamente 55% do recurso disponibilizado.

Através de parceiras com entidades ligadas ao esporte, a SNEAR conseguiu atender a mais de 79,% das 58 modalidades que compõe os Programas Olímpicos e Paraolímpicos. Seu atingimento não foi maior devido a fatores alheios à vontade desta Secretaria e que causaram impedimentos legais, tais como inadimplência de entidades, problemas no encaminhamento de documentos, dentre outros.

O Programa Bolsa Atleta atendeu a 4.213 atletas. Esse número corresponde à totalidade de inscrições que preenchiam aos requisitos necessários. O programa executou 134% da dotação inicial disponibilizada na LOA, através de crédito suplementar e remanejamento de recursos.

Através de transferências de recursos em suas diversas modalidades a SNEAR estimulou e apoiou a formação de atletas e árbitros, promovendo a participação de atletas, técnicos, dirigentes, professores de educação física e gestores esportivos em cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos tecnológicos e esportivos e outros tipos de transmissão de conhecimento.

Em parceria com Ministério da Defesa a secretaria promoveu a participação de atletas vinculados àquela pasta em competições internacionais.

A SNEAR está estruturando iniciativas de integração e alinhamento dos Centros de Treinamento, de forma a estruturar a Rede Nacional de Treinamento para o esporte de alto rendimento.

Com o objetivo de garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, o Ministério do Esporte, estabeleceu a criação de várias células, considerando a necessidade de atender a um alto número de demandas de infraestrutura e investimentos em equipamentos voltados a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Em 2012 vários projetos foram analisados e tiveram suas execuções autorizadas, através da assinatura de Termos de Cooperação, Contratos de Repasse, Convênios a entes federais, estaduais e municipais. Varias modalidades iniciaram suas implantações em diversos lugares do País.

Direcionamento para reforma, ampliação, e construção de novos Centros de Atletismos, Implantação de Centro de Excelência de Hipismo, Centro de Treinamento Paraolímpico, Programa de Ciência e Tecnologia Aplicada ao Tênis de Alto Rendimento, Implantação de Estrutura Completa, Montagem e Equipagem do Centro do Desenvolvimento de Handebol, Construção de Pista de Ciclismo – BMX, Centro Pan-Americano de Judô de Lauro de Freitas, Centro Nacional de Tiro Esportivo de Deodoro, Arena de Hipismo e Combinado e Centro Aquático do Pentatlo Moderno, Ginásios Poliesportivos. Esses projetos ainda se replicam pelo país.

4.1.2 Informações sobre objetivos vinculados a programas temáticos de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0676					
Descrição	Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.					
Programa	2035					
Órgão Responsável	Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
99.100.000,00	119.500.000,00	112.529.019,69	86.185.350,20	5.000,00	26.343.669,49	86.180.350,20
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Identificação do Objetivo						
Código	0687					
Descrição	Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.					

Programa		2035				
Órgão Responsável		Ministério do Esporte				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
674.768.001,00	1.246.411.682,00	319.686.560,23	38.724.955,02	8.171.911,59	280.961.605,21	30.553.043,43
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: PPA/SIOP/SIAFI

Análise Crítica: A SNEAR realiza ações voltadas para a constante melhoria e desenvolvimento do esporte de alto rendimento nacional, tendo como principais realizações: Programa Bolsa Atleta, que em 2012 atendeu a 4213 atletas, ou seja, 100% das inscrições que preenchiam os requisitos necessários; Plano Brasil Medalhas, lançado em 2012 com o objetivo de projetar o Brasil entre os dez principais países olímpicos e os cinco principais paralímpicos, prevê investimentos adicionais no valor de R\$ 1 bilhão no próximo ciclo olímpico; Para dar suporte à gestão visando a melhoria de sua capacidade operacional, maior celeridade nos seus processos e aprofundar o conhecimento sobre o esporte de alto rendimento, o Ministério do Esporte firmou contratos com a Fundação Getúlio Vargas, Caixa Econômica Federal e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Através das ações de Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a secretaria atingiu seus objetivos, através da realização de cooperações, contratos de repasse, e convênios, a fim de promover as melhorias e/ou construções de novos centros de treinamentos. Parcerias com as Universidades Federais, Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando o fato que muitas delas não possuem estrutura adequada ou pelo fato das estruturas precisarem de reformas e modernizações. Além dos investimentos, têm-se a integração de varias iniciativas, que potencializam a aceleração dos legados econômicos, educacionais, sociais e culturais, não somente no Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, mas a disseminação em todo território nacional. Com a conclusão dos projetos em andamento, o País contará com um seleto grupo de atletas que tiveram suas condições elevadas a patamares de atletas de alto rendimento, o que justificará todo o empenho deste Ministério e desta secretaria.

4.1.3 Informações sobre iniciativas vinculadas a programas temáticos de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		02J3				
Objetivo		0676				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Esporte				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
55.580.000,00	74.680.000,00	74.680.000,00	74.680.000,00	-	-	74.680.000,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

--	--	--	--	--	--

Identificação da Iniciativa						
Código	02J6					
Descrição	Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais - Individualizada					
Objetivo	0676					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
39.410.000,00	40.710.000,00	35.593.539,16	10.749.329,77	5.000,00	24.844.209,39	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Identificação da Iniciativa - Não Financeira						
Código	02J7					
Descrição	Implantação da Política Nacional de Controle de Dopagem - Individualizada					
Objetivo	0676					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Identificação da Iniciativa	
Código	02J8
Descrição	Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas
Objetivo	0676
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Esporte

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.710.000,00	2.710.000,00	1.355.689,59	-	-	1.355.689,59	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Identificação da Iniciativa						
Código	02J9					
Descrição	Qualificação da gestão e da governança do esporte Individualizada					
Objetivo	0676					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.400.000,00	1.400.000,00	899.790,94	756.020,43	-	143.770,51	756.020,43
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Identificação da Iniciativa						
Código	02LQ					
Descrição	Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais.					
Objetivo	0687					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
674.768.001,00	1.246.411.682,00	319.686.560,23	38.724.955,02	8.171.911,59	280.961.605,21	30.553.043,43

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: PPA/SIOP/SIAFI

Análise Crítica: No que tange à ampliação e qualificação do Programa Bolsa Atleta, houve significativa melhoria nos resultados em relação aos exercícios anteriores. Em 2012 o programa conseguiu contemplar 100% dos atletas que preenchiam os requisitos necessários.

As iniciativas de que visavam o apoio e a preparação de atletas e profissionais pautaram-se em transferências de recursos em suas diversas modalidades a SNEAR para participação dos atores em cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos tecnológicos e esportivos e outras formas tipos de transmissão de conhecimento, além da parceria com o MD que proporcionou a participação de atletas em competições internacionais.

Em 2012 foi criada a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem – ABCD. A unidade está subordinada a Gabinete do Ministro. Por tratar-se de iniciativa não financeira não se aplica o preenchimento do quadro referente a esta iniciativa.

Através das ações de Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a secretaria atingiu seus objetivos através da realização de cooperações, contratos de repasse, e convênios, a fim de promover as melhorias e/ou construções de novos centros de treinamentos.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	10.51101.27.811.2035.20JN					
Descrição	Preparação de Atletas					
Iniciativa	02J6 - Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento					
Unidade Orçamentária	51101 - Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
39.410.000,00	40.710.000,00	35.593.539,16	10.749.329,77	5.000,00	24.844.209,39	10.744.329,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Prover as condições necessárias para a preparação do atleta de esporte de alto rendimento desde sua detecção, base, desenvolvimento, alto nível e destreino no esporte.	Atleta Beneficiado (Unidade)	3.908,00	92.550,00	40.710.000,00	10.749.329,77

Identificação da Ação						
Código	10.51101.27.128.2035.2456					
Descrição	Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento					
Iniciativa	02J9 - Qualificação da gestão e da governança do esporte					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento					
Unidade Orçamentária	51101 - Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.400.000,00	1.400.000,00	899.790,94	756.020,43	-	143.770,51	756.020,43
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Promoção e apoio à participação de cursos, seminários, congressos, intercâmbio e científico, tecnológicos e esportivos e outros tipos de processos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte de alto rendimento.	Pessoas Capacitadas (Unidade)	2.800,00	1.750,00	1.400.000,00	756.020,43

Identificação da Ação						
Código	10.51101.27.811.2035.09HW					
Descrição	Concessão de Bolsa a Atletas					
Iniciativa	02J3 - Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento					
Unidade Orçamentária	51101 - Ministérios do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
55.580.000,00	74.680.000,00	74.680.000,00	74.680.000,00	-	-	74.680.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Apoio financeiro mensal, sem qualquer vínculo entre os beneficiados e a administração pública federal, para atletas de destaque nas seguintes categorias: 1) Atleta Estudantil, destinada aos estudantes que tenham participado com destaque dos Jogos Escolares e Universitários brasileiros; 2) Atleta Nacional, relativa aos atletas que tenham participado com destaque de competição esportiva em âmbito	Atleta Beneficiado (Unidade)	3414	4213	74.680.000,00	74.680.000,00

nacional; 3) Atleta Internacional, relativa aos atletas que tenham participado com destaque em competição esportiva internacional; 4) Atleta Olímpico e Paraolímpico, relativa a atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos e Para Olímpicos; 5) Atleta de Base, relativa aos atletas que tenham participado com destaque das categorias iniciantes; 6) Atleta Pódio, destinada aos atletas de modalidades individuais olímpicas e paraolímpicas, vinculados ao Programa Atleta Pódio, de acordo com a Lei n 10.891, de 09 de julho de 2004 e Lei nº 12.395, de 16 de maio de 2011.				
--	--	--	--	--

Identificação da Ação						
Código	10.51101.27.811.2035.8766					
Descrição	Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento					
Iniciativa	02J8 - Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento					
Unidade Orçamentária	51101 - Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.710.000,00	2.710.000,00	1.355.689,59	-	-	1.355.689,59	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Construção, ampliação, reforma e modernização da infraestrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas de alto rendimento, de acordo com as especificações técnicas legalmente estabelecidas - regras específicas - para o desenvolvimento do esporte formal.	Infraestrutura Implantada (Unidade)	6,00	8766	2.710.000,00	0,00

Identificação da Ação						
Código	10.51101.27.811.2035.20SL					
Descrição	Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016					
Iniciativa	02LQ - Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento					
Unidade Orçamentária	51101 - Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
473.094.000,00	994.075.186,00	200.859.920,66	14.516.276,24	8.150.202,91	186.343.644,42	6.366.073,33
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária para preparação, realização e legado dos jogos olímpicos e paralímpicos 2016, por meio da construção reforma e adequação das instalações esportivas, laboratório e de apoio, aquisição de materiais, equipamento e contratação de serviços.	Infraestrutura Implantada (Unidade)	15,00	41	994.075.186,00	14.516.276,24

Identificação da Ação						
Código	10.51101.27.811.2035.20D8					
Descrição	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016					
Iniciativa	02LQ - Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais.					
Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento					
Unidade Orçamentária	51101 - Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
201.674.001,00	252.336.496,00	118.826.639,57	24.208.678,78	21.708,68	94.617.960,79	24.186.970,10
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Administração e custeio das despesas necessárias com a preparação, organização, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com preparação de atletas, realização de eventos testes, contratação de serviços especializados de consultoria, apoio as ações de inteligência e segurança pública, ações de promoção do Brasil no exterior, ação de manutenção de instalações esportivas e despesas diversas com outros serviços necessários.	Projeto apoiado (unidade)	31,00	42,00	252.336.496,00	24.208.678,78
--	---------------------------	-------	-------	----------------	---------------

Fonte: PPA/SIOP/SIAFI/SICONV

Análise Crítica: Nos casos específicos a meta física realizada representa o quantitativo de beneficiados das despesas que foram empenhadas.

4.1.5 Informações sobre programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 Programas de governo constante do PPA – de gestão e manutenção

Não se aplica à natureza desta unidade

4.1.6 Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Não se aplica à natureza desta unidade

4.2 Informações sobre a execução orçamentária e financeira da despesa

4.2.1 Identificação das unidades orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Esporte	51101	01

4.2.2 Programação de despesas

4.2.2.1 Programação de despesas correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						265.000.000,00
	PLOA					329.566.666,00	265.000.000,00
	LOA					324.474.667,00	276.888.000,00
CRÉDITOS	Suplementares					286.947.376,00	9.000.000,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					175.411.808,00
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados					19.100.000,00	8.000.000,00	
Outras Operações							
Total						611.422.043,00	461.299.808,00

Fonte: SIAFI

4.2.2.2 Programação de despesas de capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		447.933.334	284.000.000			
	PLOA		447.933.334	284.000.000			
	LOA		449.393.334	221.077.285			
CRÉDITOS	Suplementares		324.196.305	150.000			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos		165.082.319			
	Extraordinários	Abertos	201.533.334				
		Reabertos					

	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		975.122.973	386.309.604				

Fonte: SIAFI

4.2.2.3 Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		265.000.000,00	447.933.334	284.000.000			
	PLOA	329.566.666,00	265.000.000,00	447.933.334	284.000.000			
	LOA	324.474.667,00	276.888.000,00	449.393.334	221.077.285			
CRÉDITOS	Suplementares	286.947.376,00	9.000.000,00	324.196.305	150.000			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos		175.411.808,00		165.082.319		
	Extraordinários	Abertos			201.533.334			
		Reabertos						
Créditos Cancelados	19.100.000,00	8.000.000,00						
Outras Operações								
Total		611.422.043,00	461.299.808,00	975.122.973	386.309.604			

Fonte: SIAFI

4.2.2.4 Análise Crítica

Não houve alterações significativas entre o planejado pela UJ e o disponibilizado através da LOA. No caso da ação 09HW – Concessão de Bolsa a Atletas, foi solicitada (e atendida) suplementação de créditos. Neste caso a utilização dos créditos foi integral.

Um problema observado e que prejudicou a execução orçamentária da SNEAR foi a demora na definição da matriz de responsabilidade entre os Governos Municipal e Estadual do Rio de Janeiro e o Governo Federal, no que tange à preparação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

4.2.3 Movimentação de créditos interna e externa

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação	Concedidos					

Interna	Recebidos								
Movimentação Externa	Concedidos	18002	110404	27811203520D80001				87.845,16	
		18002	110404	27811203520JN0001				1.066.801,09	
		18002	110407	27811203520D80001					24,49
		18002	110407	27811203520JN0001					3.202,81
		18002	120002	27811203520JN0001					34.746,75
		18002	120006	27811203520JN0001					41.000,00
		18002	120029	27811203520D80001					29.998,98
		18002	120054	27811203520D80001					355.116,41
		18002	120054	27811203520JN0001					84.372,68
		18002	120060	27811203520D80001					30.999,12
		18002	120060	27811203520JN0001					54.880,00
		18002	152004	27811203520JN0001					206.764,00
		18002	153046	27811203520SL0001					654.341,21
		18002	153065	27811203520JN0001					79.431,47
		18002	153065	27811203520SL0001					195.362,39
		18002	153079	27811203520SL0001					95.058,50
		18002	153103	27128203524560001					405.269,43
		18002	153103	27811203520JN0001					1.008.957,61
		18002	153114	27811203520D80001					5.638.828,56
		18002	153114	27811203520JN0001					40.000,00
	18002	153114	27811203520SL0001					211.200,00	
	18002	153115	27811203520SL0001					2.880.979,20	
	18002	153163	27811203520D80001					600.000,00	
	18002	153278	27811203520JN0001					611.673,75	
	18002	154040	27811203520SL0001					5.461.715,09	
	18002	154041	27811203520JN0001					84.852,50	
	18002	154043	27128203524560001					47.921,00	
	18002	154050	27811203520JN0001					13.669,19	
	18002	154051	27811203520SL0001					220.821,00	
	18002	160052	27811203520D80001					38.386,96	
	18002	160094	27811203520D80001					196.395,95	
	18002	160249	27811203520JN0001					59.996,10	
	18002	160288	27811203520JN0001					3.000,00	
	18002	160296	27811203520JN0001					179.987,67	
	18002	160297	27811203520D80001					996.000,00	
	18002	160315	27811203520D80001					257.178,92	
	18002	160315	27811203520JN0001					1.021.119,39	
	18002	160388	27811203520D80001					4.416,02	
	18002	160468	27811203520JN0001					14.976,03	
	18002	732400	27811203520D80001					72.810,54	
18002	732400	27811203520JN0001					361.838,39		
18002	762400	27811203520D80001					37.999,45		
18002	773201	27811203520D80001					65.630,93		
18002	781000	27811203520JN0001					70.000,00		

Natureza da Movimentação de Crédito	UG	Classificação da ação		Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
	18002	783800	27811203520D80001			9.180,00
	Recebidos					
Movimentação Interna	Concedidos	18002	180006	27811203520SL0001	79.469.965,58	
	Recebidos	18002	180006	27811203587660001	1.355.689,59	
Movimentação Externa	Concedidos	18002	153031	27811203520JN0001	72.222,00	
		18002	153032	27811203520SL0001	3.081.140,20	
		18002	153045	27811203520SL0001	3.096.659,41	
		18002	153046	27811203520SL0001	4.398.707,39	
		18002	153052	27811203520SL0001	5.574.994,80	
		18002	153061	27811203520SL0001	15.311.989,05	
		18002	153065	27811203520JN0001	164.718,34	
		18002	153065	27811203520SL0001	976.501,10	
		18002	153079	27811203520SL0001	2.803.000,00	
		18002	153103	27811203520JN0001	4.508.125,71	
		18002	153103	27811203520SL0001	1.806.731,32	
		18002	153114	27811203520SL0001	2.561.548,10	
		18002	153115	27811203520SL0001	14.332.635,55	
		18002	153163	27811203520SL0001	2.851.728,14	
		18002	154040	27811203520SL0001	427.220,00	
		18002	154041	27811203520JN0001	112.405,14	
		18002	154050	27811203520JN0001	129.300,00	
		18002	154051	27811203520SL0001	370.474,12	
		18002	160301	27811203520SL0001	2.939.095,76	
			Recebidos			

Fonte: SIAFI

4.2.4 Execução orçamentária da despesa

4.2.4.1 Execução da despesa com créditos originários

4.2.4.1.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	10.091.908,01	14.061.886,76	10.085.654,01	14.042.297,29
a) Convite				
b) Tomada de Preços		401.441,39		401.441,39
c) Concorrência	5.799.492,97	9.392.461,16	5.799.492,97	9.392.461,16
d) Pregão	4.292.415,04	4.267.984,21	4.286.161,04	4.248.394,74
e) Concurso				

f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	25.909.443,62	2.410.511,38	17.739.001,16	2.382.511,40
g) Dispensa	11.298.141,78	1.268.390,47	11.298.141,78	1.240.390,49
h) Inexigibilidade	14.611.301,84	1.142.120,91	6.440.859,38	1.142.120,91
3. Regime de Execução Especial	2.999,22	-	2.999,22	-
i) Suprimento de Fundos	2.999,22		2.999,22	
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.312.326,65	817.459,52	1.312.111,52	817.459,52
j) Pagamento em Folha	81.502,93		81.502,93	
k) Diárias	1.230.823,72	817.459,52	1.230.608,59	817.459,52
5. Outros	87.593.627,72	66.958.429,70	87.593.627,72	66.958.429,70
6. Total (1+2+3+4+5)	124.910.305,22	84.248.287,36	116.733.393,63	84.200.697,91

Fonte: SIAFI

4.2.4.1.2 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

DESpesas CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	217.843.609,90	168.694.891,39	108.362.125,74	168.694.891,39	109.481.484,16	89.528.788,75	108.335.208,06	79.126.513,17
41 - contribuições	84.883.598,47	96.952.773,34	5.388.195,05	96.952.773,34	79.495.403,42	81.368.592,23	5.388.195,05	15.584.181,11
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	19.330.959,22		12.591.768,90		6.739.190,32	5.121.585,43	12.571.320,35	
35 - serviços de consultoria	28.150.000,00	12.151.600,00	11.154.409,72	12.151.600,00	16.995.590,28	1.857.538,84	11.154.409,72	10.294.061,16
48 - outros auxílios financeiros a Pessoa Física	74.678.140,00	48.000.000,00	74.678.140,00	48.000.000,00	0,00	746.042,28	74.678.140,00	47.253.957,72
Demais elementos do grupo	10.800.912,21	11.590.518,05	4.549.612,07	11.590.518,05	6.251.300,14	435.029,97	4.543.142,94	5.994.313,18
DESpesas DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
42 - auxílios	120.256.264,13	37.438.948,11	-	37.438.948,11	120.256.264,13	37.438.948,11	-	-
52 - equipamentos e material permanente	33.864.061,68	15.675.170,42	1.768.159,42	5.675.170,42	32.095.902,26	11.811.886,61	1.768.159,42	3.855.283,83
51 - obras e instalações	60.251.644,21	1.138.844,60	14.780.020,06	1.138.844,60	45.471.624,15	73.740.321,00	6.630.026,15	401.441,39
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
39 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica		5.000.000,00		5.000.000,00				5.000.000,00
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

4.2.4.2.3 Análise Crítica

- **Alterações significativas ocorridas no exercício**
Não houve.
- **Contingenciamento no exercício**
Neste caso não houve
- **Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária**
Não se aplica

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Reconhecimento de passivos

Não se aplica à UJ. Informações serão apresentadas no relatório da CGPAG.

5.2 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

5.2.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	47.589,45	R\$ 0,00	47.589,45	
2010	23.337,05	R\$ 0,00	5.200,00	18.137,05
2008	4.282.736,67	-1.550.000,00		2.732.736,67
2005	3.419,67			3.419,67
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	139.517.026,68	-2.307.141,09	74.748.110,12	62.461.775,47
2010	50.464.639,52	-27.565.840,85	4.594.268,67	18.304.530,00
2008				
2005				

Fonte: SIAFI

5.2.2 Análise Crítica

Não se aplica. A gestão de restos a pagar é centralizada na Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

5.3 Transferências de recursos

5.3.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Anexo 2

5.3.2 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome:	Departamento de Gestão Interna – DGI/ME

CNPJ:	02.961.362/0001-74					
UG/GESTÃO:	180002/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	60	43	71	70.919.453,16	62.993.333,51	17.387.171,37
Contrato de Repasse	15	7	8	1.897.250,00	1.138.763,33	900.000,00
Termo de Cooperação	30	20	16	27.535.956,51	15.117.219,33	2.702.855,26
Termo de Compromisso	-	-	-			
Totais	105	70	95	100.352.659,67	79.249.316,17	20.990.026,63

Fonte: SIAFI

5.3.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que permanecerão vigentes no exercício 2013 e seguintes

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Departamento de Gestão Interna – DGI/ME					
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	105	310.569.516,77	76.328.048,42	232.007.884,68	24,58%
Contrato de Repasse	27	217.582.948,77	4.643.470,00	212.939.478,77	2,13%
Termo de Cooperação	34	105.311.080,82	51.791.261,49	53.519.819,33	49,18%
Termo de Compromisso					
Totais	166	633.463.546,36	132.762.779,91	498.467.182,78	20,96%

Fonte: SIAFI

5.3.4 Informações sobre a prestação de contas relativa aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Não se aplica. Informações apresentadas no Relatório da Secretaria Executiva

5.3.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Não se aplica. Informações apresentadas no Relatório da Secretaria Executiva

5.3.6 Análise Crítica

Devido ao fato de não ter ocorrido transferências na situação de inadimplente não foram adotadas medidas para saneamento de tal problema.

Em 2012 houve um acréscimo de 50% no total de instrumentos celebrados em relação a 2011. Em relação a 2010, o aumento foi de 11%. No tocante ao volume de recursos financeiros transferidos, também houve um acréscimo significativo, sendo 27% superior ao realizado em 2011 e 378% superior a 2010.

Para gerir as transferências do exercício de 2012 foram realizados destaques de crédito e contratos de repasse, além da publicação do Edital de Chamamento Público SNEAR/ME nº 01/2012, por meio da Portaria nº 197, de 22 de agosto, considerando que o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Brasil tem como proponente singular as entidades do esporte olímpico, paralímpico e demais modalidades.

O objetivo foi a seleção de projetos, apresentadas por entidades privadas sem fins lucrativos, que visem à promoção e desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Brasil, em conformidade com as diretrizes contidas no Programa "Esporte e Grandes Eventos Esportivos", na forma do Edital publicado na Seção 3 do DOU de 23 de agosto de 2012.

As propostas apresentadas foram submetidas à análise e à seleção por Comissão de Avaliação de Projetos designada pelo Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, conforme critérios estabelecidos no Edital supracitado.

Para gerenciamento das transferências, a SNEAR utiliza-se da visita *in loco* de seus técnicos para verificação da execução dos planos de trabalho contratados.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	11	0	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	11	0	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		11		3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		18	8	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	29	8	5

Fonte: CGGP

6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	

4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: CGGP

6.1.2 Qualificação da força de trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	31	14	7
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	31	14	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		4	2	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		9	4	1
1.2.4. Sem Vínculo		18	8	1
1.2.5. Aposentados				1
2. Funções Gratificadas	0	1	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		1		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	32	14	7

Fonte: CGGP

6.1.2.1 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	3	4	2	2	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	3	4	2	2	
1.3. Servidores com Contratos					

Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	10	11	8	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	10	11	7	2
2.3. Funções Gratificadas				1	
3. Totais (1+2)	4	14	13	10	2

Fonte: CGGP

6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	0	11	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira						11			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	9	22	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						8	22		1
2.3. Funções Gratificadas						1			
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	0	20	22	0	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGGP

6.1.3 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	348.584,00	0,00	50.815,00	15.883,00	89.035,00	26.458,00	277.095,00	79.325,00	0,00	887.195,00
	2011	321.981,00	0,00	50.870,00	20.408,00	73.380,00	20.945,00	255.868,00	0,00	168,00	743.620,00
	2010	216.654,00	0,00	40.626,00	12.127,00	65.357,00	6.104,00	213.192,00	0,00	149,00	554.209,00

Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										0,00
	2011										0,00
	2010										0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012								0,00	0,00	0,00
	2011								0,00	0,00	0,00
	2010								0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	178.248,00	1.023.656,00	98.116,00	39.425,00	355.590,00	40.268,00	131.063,00	46.011,00	0,00	1.912.377,00
	2011	173.749,00	1.305.485,00	120.805,00	46.938,00	314.000,00	44.763,00	139.336,00	0,00	0,00	2.145.076,00
	2010	132.411,00	1.295.168,00	137.823,00	36.337,00	256.920,00	24.521,00	150.795,00	0,00	0,00	2.033.975,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	122.129,00	13.871,00	25.012,00	5.001,00	18.127,00	20.073,00	79.231,00	19.964,00	0,00	303.408,00
	2011	45.584,00	6.049,00	10.738,00	1.365,00	10.329,00	9.142,00	22.000,00	0,00	134,00	105.341,00
	2010	24.032,00	5.052,00	3.593,00	1.198,00	8.436,00	1.832,00	11.587,00	0,00	116,00	55.846,00

Fonte: CGGP

6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o regime de proventos e aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	0	1
1.1 Voluntária		1
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	0	1

Fonte: CGGP

6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	1
1.1. Integral		1
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	0	1

Fonte: CGGP

Os quadros A.6.9 à A.6.18 não se aplicam à unidade, sendo específicos da CGGP/DGI/SE.

6.1.5 Composição do quadro de estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	5	7	9	47.784,23
1.1 Área Fim	5	5	7	9	47.784,23
1.2 Área Meio	0	0	0	0	-
2. Nível Médio	0	0	0	4	4.137,50
2.1 Área Fim	0	0	0	4	4.137,50
2.2 Área Meio	0	0	0	0	-
3. Total (1+2)	5	5	7	13	51.921,73

Fonte: CGGP

7. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

7.1 Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício

7.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
MINISTÉRIO DO ESPORTE - SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO					36670
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	006.370/2011-0	795/2012 - P	9.1.	DETERM.	SIM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO					74079
Descrição da Deliberação					
9.1. Determinar ao Ministério do Esporte que aplique os recursos previstos no programa de trabalho 27.811.0181.128X.0001 exclusivamente na implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária para preparação, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por meio da construção, reforma e adequação de instalações esportivas, laboratoriais e de apoio, aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO					74079
Síntese da Providência Adotada					
Aplicação dos recursos previstos no programa de trabalho 27.811.0181.128X.0001 exclusivamente na implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária para preparação, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por meio da construção, reforma e adequação de instalações esportivas, laboratoriais e de apoio, aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

7.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há pendências					

7.1.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
MINISTÉRIO DO ESPORTE - SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO			36670
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Itens do RA	Comunicação Expedida
1	00225.000334/2011-18 (Nota Técnica nº 2418/2012/DRTES/DR/SFC/CGU -PR, de 06/11/2012)	2.1.1.1; 2.1.1.2; 2.1.1.3; 2.1.1.3; 2.1.1.5; 2.1.1.6; 2.1.1.7; 2.1.1.8; 2.1.1.9; 2.1.1.10;	SIM
Descrição da Recomendação			
Nº OS:201118801 – Nº Constatação: 012 – Nº Recomendação: 001 Considerando que as prestações de contas dos Convênios SIAFI 593415, 605628 e 609196 já encontram-se			

<p>aprovadas, recomenda-se ao Ministério do Esporte que informe:</p> <p>a) As providências adotadas com relação à prestação de contas do Convênio SIAFI 703950, cujo prazo para apresentação expirou em 05/09/2009; e,</p> <p>b) A situação atual dos processos de prestação de contas relativos aos Convênios SIAFI 603103, 704368 e 750634. Nº OS: 201118801 – Nº Constatação: 001 – Nº Recomendação: 001</p> <p>Recomenda-se ao Ministério do Esporte notificar à Confederação Brasileira de Tênis – CBT da da obrigatoriedade da utilização da modalidade “PREGÃO” nas licitações de bens e serviços comuns, em obediências ao Decreto nº 5.504, de 7/8/2005, nos termos da Lei nº 10520, de 17/7/2002 e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450. de 31/5/2005. Nº OS: 201118801 – Nº Constatação : 002 – Nº Recomendação: 001</p> <p>Recomenda-se ao Ministério do Esporte verificar se a compra das passagens fora dos trechos Guarulhos/Cali/Guaiaquil/Lima/Guarulhos está prevista no Plano de Trabalho, glosando os valores pagos indevidamente. Nº OS: 201118801 – Nº Constatação: 005 – Nº Recomendação: 001</p> <p>Recomendamos ao Ministério do Esporte que reveja, juntamente com a convenente, a forma e as metas fixadas para o Convênio SIAFI n755461, sobretudo no que se refere às ações relativas à participação em torneios, diante da alegada imprevisibilidade na participação de atletas e treinadores nos eventos registrados no Plano de Trabalho. Nº OS: 201118801 – Nº Constatação: 006 – Nº Recomendação: 001</p> <p>Recomenda-se ao Ministério do Esporte que comprove a aplicação da contrapartida no objeto do Convênio SIAFI 755461 e observe o fato de somente proceder a liberação dos recursos após a comprovação pelo contratado (tomador dos recursos), do depósito da contrapartida financeira pactuada na conta específica do instrumento de repasse, consoante disposto na IN STN nº 01/97 e no inciso II do art. 43 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008. Nº OS: 201118801 – Nº Constatação: 007 – Nº Recomendação: 001</p> <p>Considerando que o gestor está aguardando a apresentação da prestação de contas, conforme informação constante do Siconv, recomenda-se ao Ministério do Esporte que, quando da análise das contas, atente-se para as impropriedades relatadas pela CGU. Nº OS: 201118801 – Nº Constatação: 008 – Nº Recomendação: 001</p> <p>Recomenda-se ao Ministério do Esporte que solicite junto à convenente a regularização dos Termos de Compromisso dos Atletas participantes, como forma de oficializar o seu compromisso para participação do Projeto financiado com recursos públicos.</p>	
<p>Nº OS: 201118801 – Nº Constatação: 009 – Nº Recomendação: 001</p> <p>Recomenda-se ao Ministério do Esporte exija da convenente o cumprimento do Plano de Trabalho, em especial quando à participação dos técnicos contratados, em proporções compatíveis com as contempladas no PT. Nº OS: 201118801 – Nº Constatação: 010 – Nº Recomendação: 001</p> <p>Recomenda-se ao Ministério do Esporte que oriente a Convenente sobre a necessidade de manter toda a documentação original, e em conformidade, de forma a comprovar a efetividade das despesas executadas no âmbito do convênio. Nº OS: 201118801 – Nº Constatação: 011 – Nº Recomendação: 001</p> <p>Recomenda-se ao Ministério do Esporte a adoção de providências para ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.</p>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	74079
Síntese da Providência Adotada	
<p>Todas as recomendações foram atendidas por intermédio do Ofício nº 526/2012/GABAR/SNEAR/ME dirigido à Confederação Brasileira de Tênis, bem como ofício nº 001/2013/SNEAR/GABAR/ME e Ofício nº 116/2013/SNEAR/ME, dirigido à Controladoria-Geral da União.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<p>Inconclusivo, considerando que a prestação de contas do Convênio SIAFI 755461 ainda se encontra na fase de análise do cumprimento do objeto</p>	

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

7.1.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há pendências			

8. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público

8.1.1 Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos.

Não se aplica à UJ. Informações serão apresentadas no relatório da CGPAG.

8.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Anexo 2

9. CONCLUSÃO

Um programa é um instrumento de organização da atuação governamental. Articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual, visando o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade.

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento executou suas ações de acordo com o Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos, sendo este comum a todo o Ministério.

Merece especial destaque a execução do Programa Bolsa Atleta que, em 2012, contemplou 100% dos inscritos que preenchiam os requisitos necessários para recebimento do benefício, sendo, inclusive, os recursos necessários para seu atendimento acrescidos em 34% através de suplementação de créditos e remanejamento de ações os quais foram totalmente executados.

Além disso, cabe salientar que durante os Jogos Olímpicos de Londres, dos 259 atletas que compunham a delegação brasileira, 111 eram bolsistas, sendo que 10 deles ganharam medalhas, de um total de 17 pódios do Brasil. Já dos 182 atletas da delegação que foi aos Jogos Paralímpicos, 156 eram bolsistas, e 37 conquistaram medalhas, de um total de 43 pódios do país.

Em breve será implementada a nova categoria “Atleta Pódio”, projetada para contemplar atletas que, entre outros critérios, estejam nas primeiras 20 posições do ranking mundial em modalidades individuais do programa dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos e tenham chances de disputar medalhas em 2016. Os benefícios poderão chegar até R\$ 15 mil mensais.

Com o lançamento do Plano Brasil Medalhas 2016, procura-se melhorar o desempenho dos atletas brasileiros já nos Jogos de 2016. Objetiva-se que a representação nacional fique entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos

Além do contingenciamento, outro fator observado que prejudicou a execução orçamentária da SNEAR foi a demora na definição da matriz de responsabilidade entre os Governos Municipal e Estadual do Rio de Janeiro e o Governo Federal, no que se refere às ações voltadas à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Tendo em vista a conquista da cidade do Rio de Janeiro do direito de sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 os trabalhos desta secretaria vem crescendo continuamente e em decorrência disso cresce também a necessidade do aumento de sua estrutura em todos os aspectos, como humanos, físico e tecnológico.

Além disso, há a necessidade de nova estruturação para fazer face aos novos desafios imputados à SNEAR em decorrência dos Jogos Rio 2016 e à expectativa da sociedade em relação ao desempenho dos nossos atletas.



**MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO**

Relatório de Gestão do exercício de 2012

ANEXOS

ANEXO 1

Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Departamento de Gestão Interna									
CNPJ:02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	753329/2010	04.780.097/0001-53	383.969,16	34.182,96	-	256.056,60	31/12/2010	15/01/2012	1
1	751631/2010	51.936.706/0001-09	521.080,80	8.580,00	-	512.500,80	30/12/2010	08/02/2012	1
1	751773/2010	00.700.114/0001-44	1.429.832,24	22.107,80	-	1.407.724,44	30/12/2010	31/03/2012	1
1	751713/2010	34.117.366/0001-67	5.428.895,86	102.500,00	-	2.663.197,93	31/12/2010	31/03/2012	1
1	751771/2010	51.936.706/0001-09	1.381.600,64	62.400,00	-	1.319.200,64	29/12/2010	02/04/2012	1
1	751774/2010	51.936.706/0001-09	891.540,94	15.000,00	-	876.540,94	30/12/2010	07/04/2012	1
1	751949/2010	29.980.273/0001-21	1.378.985,68	378.985,68	-	1.000.000,00	31/12/2010	11/04/2012	1
1	752251/2010	34.046.722/0001-07	4.854.126,24	94.300,00	-	4.332.785,10	31/12/2010	21/04/2012	1
1	751952/2010	00.700.114/0001-44	210.758,52	3.400,00	-	207.358,52	21/12/2010	25/04/2012	1
1	752190/2010	51.739.050/0001-26	2.242.791,20	36.624,00	-	2.206.167,20	31/12/2010	30/04/2012	1
1	752298/2010	00.700.114/0001-44	823.112,83	12.720,95	-	810.391,88	27/12/2010	10/05/2012	1
1	752255/2010	00.700.114/0001-44	434.111,04	7.600,00	-	426.511,04	27/12/2010	11/05/2012	1
1	751950/2010	05.634.009/0001-78	800.010,00	15.340,00	-	784.670,00	30/12/2010	13/05/2012	1
1	751951/2010	34.046.722/0001-07	2.528.033,72	37.976,00	-	2.362.678,40	31/12/2010	27/05/2012	1
1	752189/2010	51.739.050/0001-26	1.890.768,00	30.520,00	-	1.860.248,00	30/12/2010	20/06/2012	1

1	751778/2010	00.700.114/0001-44	1.367.064,08	21.182,00	-	1.345.882,08	31/12/2010	31/07/2012	1
1	751711/2010	30.482.319/0001-61	1.441.810,36	22.200,00	-	1.419.610,36	31/12/2010	08/08/2012	1
1	751770/2010	30.482.319/0001-61	967.518,34	18.909,12	-	948.609,22	30/12/2010	08/08/2012	1
1	751775/2010	00.700.114/0001-44	734.647,28	11.410,00	-	723.237,28	30/12/2010	09/08/2012	1
1	751769/2010	04.854.197/0001-87	1.231.650,00	36.000,00	-	1.195.650,00	31/12/2010	12/08/2012	1
1	751779/2010	00.315.795/0001-27	293.550,48	21.744,48	-	211.326,00	30/12/2010	11/09/2012	1
1	751772/2010	00.700.114/0001-44	1.446.591,76	24.200,00	-	1.422.391,76	27/12/2010	01/12/2012	1
1	752307/2010	04.428.657/0001-05	1.042.068,36	26.880,00	-	1.015.188,36	31/12/2010	23/12/2012	1
1	752247/2010	92.893.155/0001-12	2.144.541,92	32.500,00	-	2.112.041,92	30/12/2010	05/02/2013	1
1	751714/2010	34.117.366/0001-67	2.455.728,85	51.250,00	-	1.050.930,00	31/12/2010	30/03/2013	1
1	751715/2010	34.117.366/0001-67	1.789.307,52	51.250,00	-	858.022,70	31/12/2010	30/03/2013	1
1	732398/2010	08.349.336/0001-76	2.477.699,84	580.000,06	-	1.897.699,78	14/07/2010	26/05/2013	1
1	732625/2010	00.316.292/0001-76	2.455.193,76	229.428,00	957.937,68	2.225.765,76	30/06/2010	30/06/2013	1
1	751718/2010	34.098.244/0001-70	1.548.442,39	38.880,00	360.720,00	1.509.562,39	29/12/2010	28/12/2013	1
1	751712/2010	34.117.366/0001-67	2.390.963,94	51.250,00	-	1.278.851,84	31/12/2010	10/01/2014	1
1	751781/2010	37.160.348/0001-56	7.354.135,46	139.331,00	-	7.214.804,46	28/12/2010	03/02/2014	1
1	751780/2010	00.316.292/0001-76	2.871.690,16	54.992,00	-	664.153,36	30/12/2010	29/08/2014	1
1	760211/2011	15.883.838/000148	6.000.000,00	90.000,00	-	5.910.000,00	03/12/2011	20/01/2012	1
1	755940/2011	34.024.257/0001-03	430.332,00	51.000,00	-	379.332,00	14/09/2011	24/02/2012	1
1	755941/2011	05.521.019/0001-05	509.158,47	16.015,00	-	493.143,47	15/08/2011	29/03/2012	1
1	761302/2011	10.435.803/0001-22	197.992,03	18.000,00	179.992,03	179.992,03	18/12/2011	24/04/2012	1
1	760717/2011	04.892.274/0001-93						30/04/2012	1

			999.431,68	16.436,00	982.995,68	982.995,68	31/12/2011		
1	755699/2011	00.700.114/0001-44	890.722,05	14.180,50	-	876.541,55	08/08/2011	10/05/2012	1
1	761304/2011	10.050.359/0001-27	763.980,00	38.250,00	725.730,00	725.730,00	30/12/2011	09/07/2012	1
1	755461/2011	33.909.482/0001-56	2.049.967,35	31.102,05	-	2.018.865,30	09/08/2011	22/08/2012	1
1	760935/2011	15.883.838/0001-48	731.493,00	146.298,60	585.194,40	585.194,40	21/12/2011	29/09/2012	1
1	761160/2011	34.046.722/0001-07	3.528.735,11	55.100,00	3.473.635,11	3.473.635,11	31/12/2011	04/12/2012	1
1	760936/2011	34.046.722/0001-07	3.328.010,34	50.400,00	3.277.610,34	3.277.610,34	31/12/2011	04/12/2012	1
1	760724/2011	67.148.288/0001-17	565.702,65	9.366,22	556.336,43	556.336,43	26/12/2011	06/12/2012	1
1	755850/2011	06.222.709/0001-18	719.737,00	143.947,40	-	575.789,60	03/11/2011	30/12/2012	1
1	760943/2011	60.854.205/0001-66	428.020,69	39.400,00	388.620,69	388.620,69	26/12/2011	31/12/2012	1
1	761301/2011	00.700.114/0001-44	3.527.402,81	65.690,80	3.461.712,01	3.461.712,01	19/12/2011	07/02/2013	1
1	761162/2011	09.212.375/0001-90	598.717,80	24.036,00	574.681,80	574.681,80	30/12/2011	10/02/2013	1
1	761295/2011	17.217.951/0001-10	1.263.218,69	156.000,00	1.107.218,69	1.107.218,69	30/12/2011	01/03/2013	1
1	755912/2011	29.131.075/0001-93	225.691,66	18.100,08	-	207.591,58	08/08/2011	05/03/2013	1
1	764607/2011	34.055.590/0001-71	140.560,88	12.222,69	128.338,19	128.338,19	30/12/2011	07/03/2013	1
1	761292/2011	34.055.590/0001-71	250.227,08	37.534,06	212.693,02	212.693,02	27/12/2011	10/03/2013	1
1	760939/2011	29.980.273/0001-21	1.215.073,49	19.073,49	1.196.000,00	1.196.000,00	30/12/2011	29/03/2013	1
1	762186/2011	00.700.114/0001-44	8.730.291,37	134.910,62	8.595.380,75	8.595.380,75	20/12/2011	05/04/2013	1
1	761156/2011	34.046.722/0001-07	3.359.758,72	51.825,00	2.462.810,81	2.462.810,81	31/12/2011	10/04/2013	1
1	761159/2011	34.046.722.0001-07	1.477.559,14	22.176,00	1.137.052,10	1.137.052,10	31/12/2011	10/04/2013	1
1	761161/2011	50.380.658/0001-44	1.043.438,11	18.000,00	1.025.438,11	1.025.438,11	30/12/2011	11/04/2013	1
1	761297/2011	68.760.693/0001-54	969.915,93	19.008,00	950.907,93	950.907,93	30/12/2011	20/04/2013	1

1	761299/2011	42.178.699/0001-24	1.320.720,00	28.480,00	1.292.240,00	1.292.240,00	29/12/2011	24/04/2013	1
1	761166/2011	31.601.552/0001-89	3.145.254,00	62.904,00	3.082.350,00	3.082.350,00	30/12/2011	26/04/2013	1
1	761298/2011	92.841.279/0001-54	3.013.007,82	279.487,68	2.733.520,14	2.733.520,14	30/12/2011	14/05/2013	1
1	757503/2011	46.523.247/0001-93	272.587,68	23.711,51	124.438,08	124.438,08	30/12/2011	23/05/2013	1
1	755882/2011	29.980.273/0001-21	1.154.008,04	17.315,00	-	1.136.693,04	28/07/2011	31/05/2013	1
1	760938/2011	73.371.247/0001-98	741.018,00	74.400,00	666.618,00	666.618,00	27/12/2011	20/09/2013	1
1	761283/2011	29.983.798/0001-10	10.683.022,00	209.422,00	10.473.600,00	10.473.600,00	23/12/2011	20/12/2013	1
1	761291/2011	51.936.706/0001-09	2.753.000,00	41.400,00	2.711.600,00	2.711.600,00	30/12/2011	31/12/2013	1
1	761290/2011	51.739.050/0001-26	5.496.960,00	88.000,00	5.408.960,00	5.408.960,00	30/12/2011	12/05/2014	1
1	756728/2011	07.412.119/0001-10	16.800.927,30	3.880.000,00	6.558.296,91	6.558.296,91	30/12/2011	10/10/2015	1
1	778073/2012	34.265.884/0001-28	2.842.237,00	41.015,00	-	-	26/12/2012	31/08/2013	1
1	777876/2012	30.482.319/0001-61	1.821.268,92	31.808,10	-	-	31/12/2012	31/12/2014	1
1	777901/2012	34.265.884/0001-28	5.174.440,32	81.480,00	-	-	26/12/2012	31/10/2014	1
1	776542/2012	37.160.348/0001-56	876.636,20	17.532,72	-	-	31/12/2012	28/02/2015	1
1	778122/2012	42.178.699/0001-24	1.118.702,21	17.000,00	-	-	31/12/2012	17/02/2014	1
1	778121/2012	34.046.722/0001-07	1.801.347,88	34.100,90	-	-	20/12/2012	30/12/2013	1
1	774245/2012	00.700.114/0001-44	1.206.663,55	20.400,00	1.186.263,55	1.186.263,55	22/10/2012	01/03/2013	1
1	774609/2012	51.739.050/0001-26	327.336,50	15.000,00	312.336,50	312.336,50	20/11/2012	16/02/2013	1
1	775116/2012	08.545.548/0001-29	841.475,00	72.000,00	769.475,00	769.475,00	20/12/2012	08/02/2013	1
1	776648/2012	10.435.803/0001-22	5.079.387,56	408.061,44	-	-	20/12/2012	18/03/2014	1
1	776644/2012	08.248.386/0001-67	356.010,00	7.600,00	-	-	20/11/2012	20/01/2013	1
1	776040/2012	17.217.951/0001-10			-	-	10/12/2012	28/02/2014	1

			146.034,01	11.770,00					
1	776589/2012	04.892.274/0001-93	1.685.598,37	25.347,72	-	-	10/12/2012	30/04/2013	1
1	778135/2012	34.098.244/0001-70	2.572.560,00	40.500,00	-	-	31/12/2012	29/01/2015	1
1	776591/2012	34.046.722/0001-07	6.029.381,33	508.321,20	-	-	20/12/2012	30/12/2013	1
1	777082/2012	68.760.693/001-54	430.827,41	7.500,00	-	-	20/12/2012	20/12/2013	1
1	776593/2012	00.700114/0001-44	38.834.471,85	621.291,80	-	-	24/12/2012	29/01/2015	1
1	775577/2012	51.739.050/0001-26	2.169.676,00	93.000,00	-	-	26/12/2012	31/12/2013	1
1	778129/2012	34.265.884/0001-28	867.468,79	19.200,00	-	-	26/12/2012	30/09/2013	1
1	778138/2012	30.482.319/0001-61	3.553.047,44	60.000,00	-	-	31/12/2012	31/12/2014	1
1	776484/2012	30.482.319/0001-61	2.414.015,60	41.278,00	-	-	17/12/2012	31/12/2014	1
1	777893/2012	42.136.804/0001-62	3.030.000,00	55.000,00	-	-	31/12/2012	31/03/2015	1
1	777892/2012	42.136.804/0001-62	3.474.379,58	60.000,00	-	-	24/12/2012	31/01/2014	1
1	775276/2012	30.280.382/0001-15	3.176.009,00	48.248,00	-	-	20/12/2012	31/12/2013	1
1	778124/2012	42.136.804/0001-62	3.877.098,00	60.172,00	-	-	21/12/2012	31/01/2014	1
1	776444/2012	42.498.600/0001-71	39.330.608,96	-	-	-	07/12/2012	27/02/2014	1
1	775275/2012	04.428.657/0001-05	2.914.020,00	74.520,00	-	-	10/12/2012	10/12/2013	1
1	776485/2012	34.265.884/0001-28	252.965,78	4.060,00	-	-	21/12/2012	31/10/2013	1
1	775576/2012	51.739.050/0001-26	3.128.980,00	48.000,00	-	-	26/12/2012	30/11/2014	1
1	776456/2012	30.482.319/0001-61	1.520.846,39	24.000,00	-	-	31/12/2012	31/12/2014	1
1	776592/2012	34.046.722/0001-07	4.749.931,48	71.707,20	-	-	20/12/2012	30/09/2013	1
1	776541/2012	68.760.693/0001-54	1.204.634,75	20.400,00	-	-	20/12/2012	20/12/2013	1
1	777078/2012	29.980.273/0001-21	1.945.594,88	156.000,00	-	-	31/12/2012	28/02/2014	1

1	777904/2012	34.095.935/0001-10	1.684.562,76	25.268,44	-	-	26/12/2012	31/12/2013	1
1	777900/2012	34.046.722/0001-07	8.852.324,15	138.787,90	-	-	24/12/2012	30/12/2013	1
1	777902/2012	34.095.935/0001-10	1.870.064,71	28.050,97	-	-	26/12/2012	31/12/2013	1
1	778126/2012	34.046.722/0001-07	4.113.800,86	71.232,00	-	-	31/12/2012	30/12/2013	1
1	778137/2012	34.265.884/0001-28	2.916.627,53	44.853,49	-	-	28/12/2012	31/12/2013	1
1	778134/2012	34.095.935/0001-10	3.039.157,07	45.587,36	-	-	26/12/2012	31/01/2014	1
1	775350/2012	50.380.658/0001-44	8.594.708,02	131.900,00	-	-	18/12/2012	30/04/2015	1
1	777914/2012	04.892.274/0001-93	8.001.138,83	124.803,90	-	-	31/12/2012	01/01/2015	1
1	777081/2012	29.980.273/0001-21	1.694.946,25	136.000,00	-	-	20/12/2012	30/11/2013	1
1	777907/2012	34.265.884/0001-28	319.450,00	4.835,00	-	-	28/12/2012	31/05/2013	1
1	775006/2012	34.055.590/0001-71	445.208,96	35.683,75	-	-	28/12/2012	31/12/2013	1
1	775003/2012	34.055.590/0001-71	241.537,41	19.389,00	-	-	20/12/2012	31/12/2013	1
1	777881/2012	60.854.205/0001-66	5.399.261,00	431.940,88	-	-	26/12/2012	31/12/2013	1
1	775346/2012	34.119.081/0001-65	169.040,00	13.882,00	-	-	20/12/2012	30/04/2013	1
1	776457/2012	67.148.288/0001-17	999.013,42	16.356,83	-	-	20/12/2012	19/11/2013	1
1	777374/2012	10.435.803/0001-22	5.871.011,40	471.872,80	-	-	28/12/2012	30/04/2014	1
1	777878/2012	17.217.951/0001-10	855.322,34	70.600,00	-	-	21/12/2012	31/12/2013	1
1	777899/2012	92.741.990/0001-37	1.961.601,21	161.000,00	-	-	20/12/2012	31/12/2013	1
1	777903/2012	60.854.205/0001-66	1.710.409,00	136.832,72	-	-	26/12/2012	31/12/2013	1
1	775117/2012	04.428.657/0001-05	392.675,00	5.966,00	-	-	20/12/2012	03/12/2013	1
1	775118/2012	04.428.657/0001-05	2.308.860,00	67.860,00	-	-	20/12/2012	05/12/2014	1
1	775240/2012	34.055.590/0001-71			-	-	31/12/2012	31/12/2013	1

			418.009,84	33.540,48					
1	777897/2012	92.913.607/0001-80	589.937,99	50.000,00	-	-	20/12/2012	20/12/2013	1
1	778317/2012	03.777.341/0001-66	5.548.940,83	444.000,00	-	-	28/12/2012	19/12/2013	1
1	778077/2012	03.777.341/0001-66	5.749.568,87	471.000,00	-	-	19/12/2012	19/12/2013	1
1	778140/2012	34.265.884/0001-28	2.937.503,90	235.000,90	-	-	28/12/2012	31/12/2013	1
1	777905/2012	92.841.279/0001-54	4.374.428,89	351.000,00	-	-	25/12/2012	31/12/2013	1
2	753344/2010	46.523.239/0001-47	13.045.000,00	1.045.000,00	800.000,00	800.000,00	30/12/2010	31/12/2013	1
2	753353/2010	45.781.176/0001-66	10.597.826,09	847.826,09	-	-	30/12/2010	30/06/2013	1
2	753355/2010	46.634.101/0001-15	1.025.000,00	82.000,00	471.500,00	943.000,00	30/12/2010	20/11/2015	1
2	753368/2010	03.648.540/0001-74	2.189.000,00	44.000,00	321.750,00	321.750,00	31/12/2010	30/11/2013	1
2	753371/2010	13.128.780/0001-00	1.728.000,00	168.000,00	-	-	30/12/2010	31/12/2012	1
2	753385/2010	44.531.788/0001-38	10.869.635,63	869.635,63	-	-	30/12/2010	20/10/2014	1
2	754293/2010	46.523.171/0001-04	5.500.000,00	440.000,00	304.000,00	304.000,00	31/12/2010	26/12/2013	1
2	747646/2010	08.686.050/0001-86	5.017.773,07	2.217.773,07	2.274.720,00	2.274.720,00	17/08/2010	17/06/2013	1
2	763386/2011	67.995.027/0001-32	3.369.565,22	269.565,22	-	-	30/12/2011	19/01/2012	1
2	763388/2011	04.996.928/0001-29	12.511.447,86	5.000.000,00	-	-	30/12/2011	30/06/2013	1
2	766318/2011	28.636.579/0001-00	4.165.720,00	333.257,60	-	-	30/12/2011	30/12/2013	1
2	765080/2011	13.937.123/0001-03	13.199.595,10	1.324.715,78	-	-	30/12/2011	30/12/2013	1
2	763384/2011	46.523.239/0001-47	5.164.162,71	418.300,00	-	-	31/12/2011	31/01/2014	1
2	757935/2011	87.849.923/0001-09	5.625.000,00	1.125.000,00	-	-	23/12/2011	30/06/2014	1
2	765084/2011	03.501.509/0001-06	4.206.500,00	700.200,00	-	-	31/12/2011	30/04/2016	1
2	779737/2012	01.612.092/0001-23	13.237.559,90	529.503,00	-	-	07/12/2012	31/12/2012	1

2	766318/2011	28.636.579/0001-00	4.165.720,00	333.257,60	-	-	16/01/2012	30/12/2013	1
2	770051/2012	44.780.609/0001-04	8.519.195,73	1.001.421,78	-	-	27/06/2012	20/04/2014	1
2	770729/2012	44.733.608/0001-09	4.725.873,43	378.070,00	-	-	21/11/2012	21/12/2013	1
2	779738/2012	83.102.459/0001-23	4.350.468,48	348.037,48	-	-	28/12/2012	31/12/2013	1
2	779739/2012	00.470.127/0001-74	18.750.000,00	3.750.000,00	-	-	28/12/2012	30/11/2015	1
2	779195/2012	09.495.438/0001-62	140.000.000,00	30.000.000,00	-	-	31/12/2012	30/04/2015	1
2	778688/2012	51.885.242/0001-40	3.200.000,00	200.000,00	-	-	31/12/2012	31/12/2015	1
2	778683/2012	51.885.242/0001-40	1.200.000,00	200.000,00	-	-	31/12/2012	31/12/2015	1
2	778686/2012	51.885.242/0001-40	6.000.000,00	1.000.000,00	-	-	31/12/2012	31/12/2015	1
2	778535/2012	51.885.242/0001-40	2.300.000,00	300.000,00	-	-	31/12/2012	30/06/2015	1
2	779740/2012	12.671.814-0001-37	6.122.448,98	306.122,98	-	-	31/12/2012	31/12/2013	1
2	781797/2012	42.498.733/0001-48	4.000.000,00	320.000,00	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
2	772207/2012	85.361.863/0001-47	258.000,00	8.000,00	-	-	14/09/2012	14/05/2014	1
2	769874/2012	08.241.747/0001-43	1.151.759,99	46.070,40	-	-	31/12/2012	30/06/2014	1
3	58701.000813/2011-43	17.217.985/0012-67	645.685,05	-	-	610.502,38	01/07/2011	15/04/2012	1
3	58701.004155/2012-40	25.648.387/0001-18	57.491,00	-	26.241,80	26.241,80	28/06/2012	02/12/2012	1
3	58701.004181/2012-78	24.363.710/0001-83	543.298,05	-	346.990,03	346.990,03	29/06/2012	30/12/2012	1
3	58701.004407/2012-31	24.098.477/0001-10	1.173.107,81	-	1.173.107,81	1.173.107,81	28/09/2012	31/12/2012	1
3	58701.004360/2012-13	07.272.636/0001-31	1.372.311,60	-	1.370.025,14	1.370.025,14	31/08/2012	31/12/2012	1
3	58701.004175/2012-11	07.272.636/0001-31	4.168.715,48	-	2.815.755,00	2.815.755,00	30/08/2012	31/12/2012	1
3	58701.004114/2012-53	32.479.123/0001-43	7.930.500,00	-	-	-	01/09/2012	01/05/2013	1
3	58701.003341/2012-61	60.453.032/0001-74			-	-	05/06/2012	06/06/2013	1

			99.326,40	-					
3	58701.007862/2012-98	75.095.679/0001-49	2.898.058,50	-	2.898.058,50	2.898.058,50	07/12/2012	07/06/2013	1
3	58701.007874/2012-12	21.195.755/0001-69	15.311.989,05	-	-	-	07/12/2012	07/06/2013	1
3	58701.007875/2012-67	07.272.636/0001-31	3.096.659,41	-	3.096.659,41	3.096.659,41	07/12/2012	07/06/2013	1
3	58701.007876/2012-10	83.899.526/0001-82	8.374.292,94	-	2.851.728,14	2.851.728,14	07/12/2012	07/06/2013	1
3	58701.007722/2012-10	00.038.174/0021-97	8.605.265,04	-	-	-	07/12/2012	07/06/2013	1
3	58701.007865/2012-21	22.078.679/0001-74	8.581.140,20	-	3.081.140,20	3.081.140,20	07/12/2012	07/06/2013	1
3	58701.004185/2012-56	24.098.477/0001-10	320.069,94	-	19.380,00	19.380,00	12/07/2012	01/07/2013	1
3	58701.004034/2012-06	13.031.547/0001-04	350.363,88	-	-	-	23/05/2012	09/07/2013	1
3	58701.004101/2012-84	07.272.636/0001-31	996.000,00	-	996.000,00	996.000,00	06/07/2012	10/07/2013	1
3	58701.004338/2012-65	25.944.455/0001-96	649.410,00	-	83.449,32	83.449,32	06/08/2012	06/08/2013	1
3	58701.007762/2012-61	33.663.683/0001-16	28.923.573,57	-	-	-	07/12/2012	07/11/2013	1
3	58701.004174/2012-76	01.567.601/0001-43	5.574.994,80	-	5.574.994,80	5.574.994,80	10/09/2012	01/12/2013	1
3	58701.007756/2012-12	92.969.856/0001-98	2.772.748,10	-	2.772.748,10	2.772.748,10	07/12/2012	12/12/2013	1
3	58701.002216/2012-34	24.365.710/0001-83	7.323.814,64	-	3.500.000,00	3.500.000,00	07/12/2012	07/06/2014	1
3	58701.007721/2012-75	00.038.174/0021-97	14.668.127,00	-	5.198.935,09	5.198.935,09	07/12/2012	07/06/2014	1
3	58701.007868/2012-65	33.663.683/0001-16	2.251.813,20	-	-	-	07/12/2012	07/01/2015	1
3	58701.004138/2012-11	17.217.985/0023-10	10.425.932,24	-	543.859,51	543.859,51	12/07/2012	01/12/2016	1
3	58701.004165/2012-85	07.521.315/0001-23	65.953.951,56	-	2.939.095,76	2.939.095,76	29/06/2012	29/06/2017	1
3	58701.007880/2012-70	33.663.683/0001-16	1.400.000,00	-	1.400.000,00	1.400.000,00	07/12/2012	07/04/2015	1
3	58701.003781/2011-38	25.648.387/0001-18	100.000,00	-	36.400,00	36.400,00	04/11/2012	22/01/2012	1
3	58701.003606/2011-41	33.663.683/0001-16	5.342.050,00	-	5.342.050,00	5.342.050,00	02/12/2011	01/03/2012	1

3	58701.002398/2011-62	95.591.764/0001-05	1.271.986,42	-	-	1.271.986,42	05/12/2011	08/03/2012	1
3	58701.002395/2011-29	92.969.856/0001-98	192.211,48	-	192.211,48	192.211,48	02/12/2011	07/07/2012	1
3	58701.002295/2011-01	06.279.103/0001-19	99.984,85	-	-	-	01/12/2011	06/11/2012	1
3	58701.002292/2011-69	13.031.547/0001-04	270.023,68	-	-	-	04/11/2011	24/11/2012	1
3	58701.002293/2011-11	25.648.387/0001-18	100.029,46	-	72.714,00	72.714,00	04/11/2011	24/11/2012	1
3	58701.003605/2011-04	07.272.636/0001-31	77.253,00	-	77.253,00	77.253,00	05/12/2011	01/03/2013	1
3	58701.002263/2011-05	04.378.626/0001-97	165.401,09	-	28.818,00	37.218,00	11/11/2011	01/09/2013	1
3	58701.002269/2011-74	24.363.710/0001-83	198.589,51	-	197.732,80	197.732,80	04/11/2011	17/11/2013	1
3	58701.002397/2011-18	24.365.710/0001-83	4.667.083,32	-	-	-	13/12/2011	14/12/2013	1
3	50701.000991/2011-74	92.969.856/0001-98	1.497.322,70	-	-	-	18/10/2011	19/12/2013	1
3	58000.001872/2010-55	07521315/0001-23	925.854,00	-	-	925.854,00	01/09/2010	01/01/2013	1
3	58701.003528/2010-01	75.095.679/0001-49	190.000,00	-	-	190.000,00	17/12/2010	16/12/2013	1
3	58701.003388/2010-63	92.969.856/0001-98	456.726,30	-	-	381.338,30	14/12/2010	16/04/2013	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

ANEXO 2

Declaração do contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Secretaria Executiva	180002 e 180004	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2012 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Previsão da Receita e Execução da Despesa; b) O Imobilizado não condiz com a realidade uma vez que não foram adotados critérios de depreciação, amortização e exaustão até a presente data, bem como há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o sistema de Patrimônio utilizado no órgão. c) A conta ESTOQUE também não condiz com a realidade uma vez que há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o sistema de Almoxarifado utilizado no órgão. <p>Os Demonstrativos de Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no Sistema SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local Brasília	Data	6/3/2012
Contador Responsável Jane Cristina de Farias	CRC nº	010761/O-7


Jane Cristina de Farias
 Técnico de Contabilidade
 Chefe de Divisão